

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 018

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE MARÇO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Verificação de votação, a pedido do deputado Augustinho Zucchi.

Chamada nominal, a pedido do deputado Nereu Moura.

Vinte e cinco senhores parlamentares estão presentes, portanto há condições de dar continuidade à Sessão.

Se V. Exa. insiste com a chamada nominal, solicitaremos ao deputado Edno Guimarães.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, questão de ordem.

**(Assentimento)**

Apenas, justifico o pedido de verificação de votação, porque ouvi na CBN, hoje - liguei para lá e não consegui falar -, que os funcionários públicos do Estado do Paraná, não estão tendo oportunidade de ter os R\$100,00 de abono, concedido pelo governador, porque os deputados - não falou de V. Exa., do meu nome e do líder Durval Amaral e nem do líder da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi -, não comparecem nas sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

E não é verdadeiro.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Questão de Ordem)**

Não é verdadeiro, porque, ontem, tivemos quórum para votação.

Justifico, nesse sentido, o pedido de verificação, senhor presidente, apenas para que tenhamos de forma oficial, o número de parlamentares necessários, para as votações das matérias, aqui, que serão discutidas.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Chamada nominal, a pedido do deputado Nereu Moura.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

À proposta na questão levantada pelo deputado Augustinho Zucchi - para se fazer justiça -, essa matéria foi discutida na Comissão de Constituição e Justiça, em que faço parte, tendo o maior interesse de todos os deputados, de todos os partidos que fazem parte dessa comissão. Com o zelo maior, inclusive, de não colocar o projeto, rapidamente, mas dentro do prazo normal, para ver se a gente conseguiria contemplar não só os efeitos do Estado, também aqueles celetistas que trabalham no Estado. Acho que é uma matéria que está, hoje, em pauta mas só para se fazer justiça.

**(Tumulto nas galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito aos nossos ilustres visitantes, - que, temos a honra de recebê-los, - que mantenham uma postura decente nesta Casa, porque foi solicitado ao representante de V. Exa., que usassem o plenário e iremos permitir. Queremos que os senhores também tenham respeito pelos parlamentares, senão, não será concedido e será encerrada a Sessão imediatamente.

Solicito ao 1º secretário, que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)**

**(Procede à chamada nominal)**

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, tendo em vista, que quase a totalidade dos deputados estão em plenário, solicito a dispensa de Chamada Nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Diante da solicitação do nobre deputado Nereu Moura, suspendemos a Chamada Nominal e damos continuidade a nossa Sessão Ordinária.

Solicito ao 1º secretário que solicite a leitura do Expediente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Ofício:****OFÍCIO**

Sob o nº 007/2002, do senhor José Menezes Neto, diretor do departamento de gestão do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o(s) Fundo(s) Municipal(is) de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001 no(s) mês(es) indicado(s) na(s) mesma(s). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/141/2002, do senhor governador do Estado, solicitando restituição da Mensagem nº 058/2001, de 03 de dezembro de 2001, juntamente com o anteprojeto de lei. **Ao conhecimento da Casa.**

**PROPOSTA DE EMENDA CONSITUCIONAL**

Art. 1º - Nos termos do artigo 63, inciso I, da Constituição Estadual, altera o artigo 57 da Constituição Estadual, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 - Os deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Neste caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembléia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 2º - Os deputados desde sua diplomação, serão julgados pelo Tribunal de Justiça.

§ 3º - Recebida denúncia contra deputado por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembléia Legislativa que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º - O pedido de sustação será apreciado pela Assembléia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º - A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º - Os deputados não serão obrigados, a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º - A incorporação às Forças Armadas de deputados, embora militares, e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 8º - As imunidades para deputado subsistirão durante estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, nos casos de atos praticados fora de seus recintos que sejam incompatíveis com a execução da medida, e só quando assim o forem aos dos deputados federais e senadores, conforme fixa a Constituição Federal.

§ 9º - No exercício do mandato, o deputado terá livre acesso às repartições públicas, podem diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei.”

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

**Apoiamento:**

Algaci Tulio, Eli Ghellere, Fernando Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Basílio Zanusso, Edno Guimarães, Antonio Anibelli, e 1 ilegível.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 437**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 41/2002, que incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público, oriundo da Procuradoria Geral de Justiça.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 431**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 101, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 422**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do item 09 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, Projeto de Lei nº 079/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse, para que o mesmo possa ser apreciado pela Comissão de Obras.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 427**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 Sessões, do item 12, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 441/2001.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 358**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao professor Alaércio Aparecido de Oliveira, no dia 09 de maio (quinta-feira) às 17h00.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Professor Alaércio de Oliveira é Cidadão Honorário do Paraná, em função da Lei Estadual nº 11.123/95, de autoria do deputado Anibal Khury.

**REQUERIMENTO Nº 384**

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, determinar realização de Sessão Especial em 2 de maio de 2002 para Comemoração do Dia do Trabalhador, facultando o uso da tribuna para a Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O ato servirá para prestar homenagem a 100 trabalhadores de todo o Estado do Paraná, que representarão as suas mais diversas regiões.

**REQUERIMENTO Nº 433**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene em homenagem ao Clube Atlético Paranaense, em data a ser designada.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A referida Sessão Solene tem por objetivo prestar homenagens ao Clube Atlético Paranaense, através de sua diretoria, jogadores e comissão técnica, em função da obtenção do Título de Campeão Brasileiro 2001.

**REQUERIMENTO Nº 405**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - O apoio desta Casa para realização do 1º Seminário Estadual de Transporte Metroviário, a realizar-se dia 25 de abril de 2002, conforme especifica;

a) confecção de convites e cartazes de divulgação;

b) serviços de cerimonial (incluindo mala direta);

c) passagens aéreas e hospedagem aos palestrantes de outros Estados;

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

**REQUERIMENTO Nº 435**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso do Plenário deputado Gabriel Sampaio - Plenarinho - em 26 de março, no horário das 10 às 12 horas, para a realização de reunião da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 652/99 que visa a garantia de, no mínimo, 50% das vagas das universidades estaduais aos alunos oriundos das escolas públicas.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 402**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 168/2001 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

## REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 613/99 de sua autoria, que tem por objetivo alterar o artigo 4º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, alterada pela Lei nº 11.792, de 19 de dezembro de 1997 (IPVA).

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 403

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 507/2001 de sua autoria, que visa implantar o Programa de Identificação Precoce da Deficiência Auditiva por Metodologia Objetiva e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 639/2001 de sua autoria, que visa denominar de Rodovia Luiz Prolo a PR-480, que liga o município de Francisco Beltrão ao município de Realeza.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) CESAR SELEME

## REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 034/2000 de sua autoria, que visa transferir o Núcleo de Educação de Nova Londrina para Loanda.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos seguintes Projetos de Lei nºs 384/99, 059/99, 447/99, 042/99, 285/98 e 086/99 cujas matérias encontram-se vencidas e desatualizadas do processo político atual.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 41/99 de sua autoria do deputado Péricles Mello, que institui no âmbito do Estado do Paraná o ICMS - Cultural.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 104/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul do município de Dois Vizinhos, tendo em vista que a entidade já foi declarada de Utilidade Pública. Lei nº 12.535.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que altera dispositivos do Projeto de Lei nº 181/99, tendo em vista a total impossibilidade do prosseguimento da tramitação da referida proposição nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 373/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11651, que autorizou o Poder Executivo a aderir, mediante convênio, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte-Simples.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 657/99, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado,

tendo em vista que o senhor governador sancionou, em 30.12.99, o Projeto de Lei nº 15/96, que trata do mesmo assunto. (Lei Complementar nº 85).

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 556/2001 ao Projeto de Lei nº 652/99, por tratar-se do mesmo assunto (estabelece reserva de vagas nas instituições de ensino superior públicas do Estado do Paraná para alunos egressos da rede pública de ensino).

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 105/2002 e 109/2002 aos Projetos de Lei nºs 652/99 e 36/2000, que já se encontram anexados, que estabelece reserva de vagas, nas instituições estaduais de ensino superior, para alunos domiciliados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 541/98, de autoria do deputado Eduardo Trevisan, que dispõe sobre as prerrogativas da Defensoria Pública.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) TONY GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de pesar, pelo falecimento do senhor Nelson Maior, prefeito municipal da cidade de Terra Rica - PR, ocorrido no dia 08 do corrente mês.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, à Rua Euclides da Cunha, nº 1120 - CEP: 87890-000, Terra Rica - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar à família da Sra. Eleoni Fernandes Deliberali, ocorrida no dia 06 de março de 2002.

Do aprovado, requer ainda que do presente seja enviada cópia à família enlutada, através de correspondência endereçada ao Sr. Gentil Deliberali, pelo momento de grande tristeza na perda de sua progenitora, juntando as suas condolências como forma de solidariedade e pesar, no endereço: Rua Frei Everardo, 445 - CEP 85560-000 - Chopinzinho / PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A senhora Eleoni Fernandes Deliberali, 62 anos, mãe do companheiro Gentil Deliberali, radialista da Rádio Chopinzinho, era viúva do senhor Gino Deliberali. Faleceu no último dia 06 de março e deixa três filhos.

Pessoa muito querida, de grande entrosamento com a comunidade, fez muitos amigos, deixando o exemplo de humildade, trabalho e de amor à família, a todos que tiveram a felicidade de conhecê-la.

Este Poder Legislativo, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando manifestação de sentidas condolências e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

#### REQUERIMENTO Nº 380

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do prefeito municipal de Terra Rica, Nelson Maior, ocorrido dia 08 de março/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente automobilístico, faleceu o prefeito municipal de Terra Rica, senhor Nelson Maior, dia 08.03.2002, com 48 anos de idade.

O extinto era casado e tinha três filhos.

Nelson Maior foi vereador e estava exercendo o segundo mandato como prefeito.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Todavia, resta-nos um consolo: a certeza de quem viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tran-

qüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Maior, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Maria de Carvalho, esposa do pastor José Pimentel de Carvalho - Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba.

Requer ainda, que se dê ciência ao Pastor José Pimentel de Carvalho e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Senador Xavier da Silva, 467 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 385

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor prefeito Nelson Maior, ocorrido no início da tarde de sexta-feira, dia 08 de março do ano em curso, em Tibagi / PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O município de Terra Rica está enlutado. Seus moradores choram o precoce desaparecimento de um dentre os seus mais queridos concidadãos.

Triste acidente registrado em nossas rodovias, no início da tarde de sexta-feira, dia 08 de março, destruiu a vida do amigo e companheiro Nelson Maior, durante viagem a serviço de sua comunidade.

Nelson Maior estava dirigindo pela segunda vez, os destinos sócio-administrativos e políticos da querida gente de Terra Rica.

O seu bem-querer por aquela nossa cidade noroestina, já fora mostrado durante o seu desempenho como vereador junto ao Poder Legislativo terrarriquense, assim como sua vontade de servir e sua capacidade administrativa que serviram de referendo para uma segunda condução ao cargo máximo do Executivo.

O deputado autor do presente requerimento e todos os colaboradores do seu gabinete, numa demonstração de

amizade e fé, participaram dos tristes momentos do sepultamento do prefeito Nelson Maior, cuja última viagem foi partilhada por praticamente toda a população de Terra Rica, dezenas de colegas prefeitos, caravanas de diversos municípios vizinhos. No semblante de cada criança, de cada jovem, de todos, enfim, lágrimas de tristeza e de dor. No coração de cada um, o elevar de preces ao Criador, pedindo pela sua eterna recompensa por todos os atos de generosidade que marcaram sua curta passagem cá na Terra.

Registre-se o tributo de homenagem ao Poder Legislativo do Estado do Paraná à memória do prefeito Nelson Maior e que desta decisão se dê ciência à sua esposa Nylcen, aos seus filhos e a toda a comunidade do município de Terra Rica, através dos seus Poderes Legislativo e Executivo.

#### REQUERIMENTO Nº 386

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Maria de Carvalho, esposa do pastor José Pimentel de Carvalho, ocorrido nesta data.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Cel. Joaquim Sarmiento, nº 190 - CEP 80520-230 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Flávio Rebiche, e que seja enviado mensagem de condolência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que recebemos a notícia do prematuro falecimento do jovem Flávio Rebiche.

De família tradicional de Paranaguá, Flávio era muito querido pelos amigos e parentes, deixando uma lacuna que jamais será preenchida no seio daquela sociedade, e que embora tenha participado daquela comunidade por pouco tempo, sempre será lembrado por aqueles que participavam de sua vida e que o estimavam.

#### REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, envio de votos de pesar à família enlutada da Sra. Rosa Maria de Carvalho, esposa do pastor José Pimentel de Carvalho da Igreja Assembléia de Deus, falecida em data de hoje nesta capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu em nossa capital, em data de hoje a Sra. Rosa Maria de Carvalho.

Esposa do pastor José Pimentel de Carvalho, a Sra. Rosinha - como era mais conhecida entre os fiéis da Igreja Assembléia de Deus - era muito religiosa e sempre dedicou-se às causas de Deus e da Igreja, sendo um verdadeiro exemplo para muitos.

Mãe dedicada, deixou oito filhos: Samuel, Paulo, José, Ester, Carlos, Silas, Elias e Luiz.

À família enlutada, seus filhos e seu esposo (Rua Cel. Joaquim Sarmento, 90 - Bom Retiro, Curitiba/PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 410**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Olívio Fantinato, comerciante, de tradicional família curitibana, falecido em data de hoje nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu em nossa capital, em data de hoje o senhor Olívio Fantinato.

Membro de tradicional família curitibana, morador muitos anos no bairro Taboão, era comerciante conhecido e possuía o Armazém Fantinato do qual muitos moradores da nossa Capital freqüentaram.

Pessoa de muitos amigos, conquistados ao longo de toda uma vida dedicada ao comércio localizado à Rua Mateus Leme, deixa muitas saudades e muitas lembranças, pois o estabelecimento de sua propriedade foi, por mais de 5 décadas, ponto de encontro dos moradores locais.

À sua família enlutada, sua esposa, Ângela Fantinato (Rua Mateus Leme, 2553 - Bairro Bom Retiro, Curitiba/PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 414**

Senhor Presidente;

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Luiz Carlos Antunes Machado - "Professor Antunes", secretário-executivo do Partido Liberal do Paraná.

Requer ainda, que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhado à Rua Nabal Guimarães Barreto, 234 - sobrado 01 - CEP 82.310-340 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoioamento:

Chico Noroeste, Serafina Carrilho.

**REQUERIMENTO Nº 416**

Senhor Presidente;

O deputado que se subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de voto de pesar à família da senhora Lygia Lumina Pupatto, pelo falecimento de sua filha Rebeca Pupatto Ruano, no dia 13 de março de 2002.

Requer outrossim que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Avenida Madre Leônia Milito, 1325 - Bloco E/Ap. 11 - Jardim Cláudia CEP 86050-270 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**REQUERIMENTO Nº 423**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Tibagi, pela comemoração de seus 130 anos.

Sala de Sessões, 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Tibagi, cujo nome é uma referência ao rio Tibagi, que nasce nos Campos Gerais, corta o território municipal e joga suas águas no rio Paranapanema, estará comemorando em data de 17 de março deste ano seus 130 anos de fundação.

Originou-se em data de 17 de março de 1872, da cidade de Castro, mas a história registra que bem antes da povoação da região, o Rio Tibagi, foi objeto da passagem de numerosas expedições e bandeiras, que levavam os intrépidos aventureiros sertão adentro. A notícia de que o rio era rico em ouro e pedras preciosas atraiu para a região milhares de pessoas com o pensamento de fácil enriquecimento.

Os primitivos moradores de Tibagi procediam de São Paulo e seu estabelecimento na região foi lento e durou vários anos até que fosse definitivamente escolhida a localização do povoado. O grande pioneiro do núcleo que gerou Tibagi foi Antonio Machado Ribeiro, paulista que chegou à região acompanhado de sua família, após ter requerido uma área de terras de Tibagi no final do século XVII. Apesar das dificuldades inerentes à época, outras famílias se fixaram no pequeno povoado.

O pioneiro Antonio Machado Ribeiro, após intensa luta para legalizar suas terras não o conseguiu e, desgosto,

toso, resolveu atravessar o Rio indo estabelecer-se nas campinas situadas às margens do Rio Tibagi, justamente no local onde se encontra a cidade.

Mas as penetrações dos homens brancos despertaram a ira dos antigos moradores da grande região, os novos indígenas, que se sentiram ameaçados de expulsão, iniciando-se assim um período de hostilidades por parte dos indígenas e reunidos, os moradores da Vila Tibagi, resolveram pelo contra-ataque com armas de fogo, o que acabou por empurrar os indígenas para o interior do sertão.

O povoado de Tibagi foi elevado à categoria de Freguesia através da Lei Provincial nº 15 de 06 de março de 1846. Pela Lei Provincial nº 302, de 18 de março de 1872, foi criada a Vila de Tibagi, com território desmembrado do município de Castro, sendo instalada no dia 10 de janeiro do ano seguinte. Foi elevada à categoria de Cidade através da Lei Estadual nº 259, de 27 de dezembro de 1897, cuja instalação deu-se nesta mesma data.

Os tibagienses ou tibagianos - como são chamados seus habitantes - são pessoas acolhedoras, ordeiras e trabalhadoras. A população não mede esforços para ver Tibagi crescer, o que tem dado um importante resultado. Tendo a agricultura de grãos como sua principal atividade econômica, Tibagi tem se destacado como um município produtivo do Estado.

Quem visita a cidade sempre quer retornar, pois Tibagi possui forte vocação turística, oferecendo belíssimas paisagens. Inserida no roteiro turístico do Estado, possui pousadas, hotéis e restaurantes, que, junto com seus paradisíacos recantos naturais, atraem cada vez mais pessoas que para ali se retiram em busca de sossego e de belos lugares, além da oportunidade de conhecer um pouco da história do Paraná.

A padroeira da cidade é Nossa Senhora dos Remédios, cujo dia é comemorado em 27 de outubro e cuja primeira capela foi construída numa área de 12.000 m<sup>2</sup>, doada pela filha do pioneiro Antonio Machado Ribeiro - senhora Ana Beja que, com muito sacrifício conseguiu a execução do templo religioso. O primeiro pároco foi Frei Gaudêncio de Gênova, que ali ficou como administrador até a data de seu falecimento.

Atualmente com cerca de 20.000 habitantes, Tibagi vem caminhando firme em direção ao futuro seguro dos que se encaminham para o progresso com dedicação e trabalho. Em comemoração de seus gloriosos 130 anos, receba o município de Tibagi, através de seu prefeito municipal, José Tibagy de Mello, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

jornal Folha de Campo Largo, pela comemoração de seus 13 anos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Folha de Campo Largo comemorou, em data de 23 de fevereiro, seus 13 anos de fundação. No início, as dificuldades, mas a Folha de Campo Largo enfrentou tudo com galhardia e trabalho. O espírito empreendedor de seu fundador e o compromisso de fazer um jornal com a “cara de Campo Largo” (como ele mesmo define), fizeram deste veículo de comunicação o que ele é hoje: um jornal sério, respeitado, que busca retratar de forma clara e imparcial os fatos da cidade - seu cotidiano em toda a sua riqueza. Dos fatos policiais aos sociais, da coluna política aos anúncios de produtos e serviços, a Folha de Campo Largo retrata fielmente o município onde nasceu e vem, a cada dia, crescendo.

Atualmente o jornal tem edição às terças-feiras e, como sempre, traz Campo Largo estampado em suas páginas. O jornal tornou-se referência para o povo da cidade, pela sua grande variedade - nele se encontra de tudo: informações, serviços de utilidade pública, divulgação de eventos, páginas de divulgação oficial, além da concorrida página social e das cobiçadas páginas de lazer e cultura (incluindo beleza e culinária). E como não poderia deixar de ser, a Folha de Campo Largo também traz notícias de esportes, onde não só divulga, mas valoriza e incentiva o esporte do município e região.

O jornal hoje já está mais maduro que no seu início, mas é um jovem promissor - caminha convicto de seu objetivo, arraigado em uma filosofia de trabalho séria e competente, com o compromisso sempre fiel de levar ao leitor um jornal com a “cara de Campo Largo”.

Pela comemoração de seus 13 anos de fundação, receba o jornal Folha de Campo Largo (Rua Gonçalves Dias, 1127 - Campo Largo / PR), através de seu diretor-geral, Germano José de Oliveira, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Santa Casa de Misericórdia de Londrina, pela comemoração de seus 66 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Londrina, está completando 66 anos de sua fundação. Criada em 1º de março de 1936, a princípio com o nome de Sociedade Beneficente e tendo como presidente o pioneiro Arthur Thomas, a Irmandade tinha como principal objetivo construir um hospital. Graças à contribuição de cada membro da irmandade foi possível construir a Santa Casa

de Londrina, que até hoje continua prestando atendimento à comunidade.

Além da ajuda da comunidade, através de 217 irmãos, que contribuem com valores variados e das 85 senhoras do Grupo de Apoio Pró-Vida, a Santa Casa de Londrina conta com recursos oficiais para manter seus serviços.

Referência em todo o Estado, a Santa Casa de Londrina é um centro de excelência em atendimento hospitalar e presta socorro a muitos pacientes não só de Londrina, mas de toda a região do Norte do Estado, pois diariamente às suas portas batem pacientes advindos dos mais diversos locais. A instituição realiza, em média, 100 mil atendimentos ao ano. Para este grandioso trabalho conta com a labuta incansável de 950 funcionários, além de médicos e das irmãs do Instituto Secular de Maria de Schoenstatt (que estão na Irmandade desde o seu início).

Pela comemoração de seus gloriosos 66 anos de fundação, rogando a Deus que continue iluminando e abençoando o caminho de todos que, por suas mãos, dão vida à Santa Casa de Londrina, receba aquela Instituição (Av. Bandeirantes, 980 - Londrina / PR), através de seu provedor, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia Policial Militar do Guatupê, pela comemoração de seus 31 anos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Policial Militar do Guatupê, vinculada à Secretaria de Segurança Pública / Polícia Militar do Paraná, está localizada no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, às margens da BR-277, km 72, com uma área total de 42 (quarenta e dois) alqueires, ou seja, 1.017.000m<sup>2</sup>.

Este estabelecimento de ensino superior foi fundado em julho de 1931, recebendo sua primeira denominação como Companhia Escola e, em fevereiro de 1948, passou a denominar-se Centro de Preparação Militar.

Em dezembro de 1953 formou a primeira turma de oficiais, já com a denominação de Centro de Preparação Profissional.

Em 1955, pela Lei 2526, passou a denominar-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

Em 08 de março de 1971, pelo Decreto 22.653, passou a denominar-se Academia Policial Militar do Guatupê, encarregando-se da formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças da Polícia Militar, sendo uma das maiores academias de polícia da América do Sul.

É, sem dúvida, uma referência para muitos locais de formação do nosso Estado e do nosso País, já que possui anualmente cerca de 254 homens distribuídos em 9 pelotões, em formação de elevado nível.

De seu corpo docente fazem parte os melhores profissionais das áreas em que são ministrados os cursos e não nos surpreende saber que muitos dos professores são seus ex-alunos.

Seu objetivo de adestrar e treinar recursos humanos da Polícia Militar do Paraná e de co-irmãs dos Estados brasileiros, tem sido amplamente atingido mercê à qualidade do ensino que ministra a seus alunos que, posteriormente, aplicam na operacionalização da atividade-fim.

Pela comemoração de seus gloriosos 31 anos, receba a Academia Policial Militar do Guatupê, através de seu comandante geral, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 362

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Sengés, pela comemoração de seus 66 anos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Sengés, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, comemorou no início deste mês seus 66 anos de fundação. Sua história remonta de 1893, quando apenas duas famílias, atraídas pela fertilidade impressionante da terra e vieram habitar o local. Logo que chegaram, iniciaram a plantação de milho e a criação de gado e suínos.

Aos poucos o local foi crescendo e em 1908 houve um progresso maior no pequeno povoado, pois foi inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, mais tarde denominada Rede Ferroviária Federal S/A e que neste trecho passou a pertencer à Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Nesta época chegaram novos moradores e o trânsito dos tropeiros que passavam por ali em muito auxiliou o desenvolvimento do local. Muitas famílias tradicionais chegaram e foram dando vida ao lugar que cresceu rapidamente.

A partir de 1927 o povoado apresentava condições de possuir vida política e administrativa e seus moradores reclamaram este direito, que foi concedido através do Decreto Lei Estadual nº 269, em fevereiro de 1934. Até esta data Sengés era distrito de Jaguariaíva e se chamava Jaguaticatu. Na ocasião em que tornou-se município, passou a chamar-se Sengés, em homenagem ao engenheiro Gastão Sengés, que chefiou os trabalhos de construção da estrada de ferro. Para seu primeiro prefeito, foi nomeado Durval Jorge.

Sengés é hoje uma cidade próspera. Seu povo ordeiro e trabalhador tem orgulho do município que ajudou e ajuda a construir e que vem crescendo a cada dia.

Pela comemoração de seus gloriosos 66 anos, receba o município de Sengés, através de seu prefeito municipal e vice-prefeito (Prefeitura Municipal de Sengés - 84220-000 - Sengés / PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 363

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à PUC/PR, pela comemoração de 35 anos do jornal Voz do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Voz do Paraná, uma publicação semanal da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, está completando 35 anos de circulação ininterrupta e aproveita a ocasião para mudar de linha editorial, neste mês. Deverá se transformar num grande veículo cultural, com proposta editorial moderna, sob o patrocínio da PUC/PR, visando ao público universitário. Este é o desejo do reitor da PUC, irmão Clemente Ivo Juliato.

Do jornal nascido em 1956 para fazer apologia do catolicismo na Arquidiocese de Curitiba, e então sob a direção dos padres claretianos (da Igreja Coração de Maria e do Studium Theologicum), Voz do Paraná passou por diversos momentos. O mais marcante deles foi aquele compreendido entre os anos de 1972 a 1983, quando foi editado por um grupo de leigos católicos liderados pelo médico Roaldo Koehler. Do grupo faziam parte Euro Brandão, ex-ministro da Educação e ex-reitor da PUC-PR, que morreu ano passado; os médicos João Átila Rocha e José Maria Munhoz da Rocha, também falecidos; o empresário Marcos Baggio, entre outros.

No seu período de maior inserção na comunidade, de 1973 a 83, chegou a ter uma tiragem considerada excepcional para a época: 20 mil exemplares eram vendidos dominicalmente nas paróquias.

Marcou-se no Governo Médici por conseguir fugir à censura imposta pelos órgãos de informação. Foi o único jornal do Paraná, por exemplo, a contar os bastidores da cassação do governador Haroldo Leon Peres, que deveria ser noticiada - mandava a PF - "de forma sumária".

No período de melhor repercussão jornalística na comunidade, deixando de ser um periódico de sacristia, Voz do Paraná abrigou, de 1973 a 1983, nomes como Luiz Geraldo Mazza, Milton Ivan Heller, Celso Ferreira do Nascimento (secretário de Redação), Maí Nascimento Mendonça, Ruth Bolognese, Eurico Schwinden, Dante Mendonça, Jubal Sérgio Dohms, Tereza Urban, Luiz Alberto Dietrich, Szyja Ber Lorber, Jaime Lechinski, Rafael Greca de Macedo, Luiz Alberto Manfredine, José

Benedito Trindade, Aroldo Murá Haygert (diretor de Redação), Luiz Carlos Martins, entre outros.

Pela comemoração de seus gloriosos 35 anos de fundação, receba o Jornal Voz do Paraná, através do Reitor da PUC/PR (Avenida Imaculada Conceição, 1155 - Curitiba/PR) - Irmão Clemente Ivo Juliano, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente:

O deputado que, o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Santa Terezinha do Itaipu, pelo sucesso na realização da 6ª Pesca da Corvina, ocorrida no dia 3 de março de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Cláudio Ebraratt e a vice-prefeita senhora Lenir Spada, por meio de correspondência a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Itaipu - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ADEMIR ABIER

#### REQUERIMENTO Nº 365

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal Nailor de Oliveira e Maria do Carmo Oliveira, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 366

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal Pedro Martins e Nice Martins, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas

de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal Luiz Trombin e Adelaide Marques Trombin, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à prefeitura municipal de Coronel Vivida, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Comissão organizadora, pela brilhante organização e realização das comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 09 de março de 2002.

Do aprovado, requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de Coronel Vivida, senhor Ivanir Ogliari, à primeira-dama, presidente da APMI, Sra. Elizabeth Gasparin Ogliari, ao presidente do Sindi-

cato dos Trabalhadores Rurais, senhor Valdir Augustinho Cirino Rodrigues e Comissão Organizadora no endereço: Praça Três Poderes, s/nº CEP - 85.550-000 - Coronel Vivida/PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

Foi realizado no dia 09 de março de 2002, no Complexo Esportivo Barro Preto, município de Coronel Vivida, o tradicional evento alusivo no Dia Internacional da Mulher, reunindo toda a comunidade e demais entidades, numa grande homenagem a todas as mulheres do município, em especial às mulheres agricultoras.

Dentre as atividades comemorativas houve apresentações artísticas, palestras sobre os temas: avanços da mulher e saúde da mulher, desfiles, atividades recreativas, almoço, homenagens e premiações.

Foi um grande evento que proporcionou a todas as mulheres momentos de muita descontrações e alegria, ressaltando a importância da mulher do campo, e destacando seu valor em nossa sociedade.

Certamente quando Deus criou as mulheres pensou que seriam suficientes fortes, capazes de suportar o peso do mundo inteiro, porém suficientemente suaves para confortá-lo. Disse também que lhe daria uma imensa força interior, para que pudesse suportar as dores da maternidade e continuar sempre a cuidar da sua família, sem se queixar, apesar das enfermidades e do cansaço. Daria sensibilidade para amar seus filhos, em qualquer circunstância, mesmo quando esses filhos a tenham magoado, e sensibilidade para afugentar qualquer tristeza, choro ou sofrimento.

Nossa homenagem a todas as mulheres, esposas, mães, filhas, que contribuem para o crescimento o presente requerimento parabenizamos os organizadores e demais colaboradores pela realização dessa grande homenagem às mulheres, que com muito empenho e dedicação ressaltaram o papel importante da mulher no contexto social.

#### REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à prefeitura municipal de São João, e à Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, pela brilhante organização do XIV Encontro da Mulher Sanjoanense, realizado no dia 09 de março de 2002.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de São João, senhor Dirceu Mezzaroba, à primeira-dama senhora Rosi Mezzaroba, no endereço Avenida XV de Novembro, 160 - CEP 85-570-000 - São João/PR e à presidente da APMI senhora Noêmia Lucia

Follmann, no endereço, Avenida Paraná, 938 - CEP 85.570-000 - São João/PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

Foi realizado no dia 09 de março de 2002, no município de São João, o XIV Encontro da Mulher Sanjoanense.

O evento reuniu a comunidade e demais entidades, numa grande homenagem a todas as mulheres do município, ressaltando o papel da mulher na sociedade.

Dentre as atividades comemorativas houver apresentações palestras sobre motivação e auto-estima, atividades recreativas, almoço e diversas homenagens.

O objetivo do evento foi proporcionar a todas as mulheres uma grande confraternização, tendo como objetivo principal a valorização da mulher.

“Certamente quando Deus criou as mulheres pensou que seriam suficientemente fortes, capazes de suportar o peso do mundo inteiro, porém suficientemente suaves para confortá-lo. Disse também que lhe daria uma imensa força interior, para que pudesse suportar as dores da maternidade e continuar sempre a cuidar da sua família, sem se queixar, apesar das enfermidades e do cansaço. Daria sensibilidade para amar seus filhos, em qualquer circunstância, mesmo quando esses filhos tenham magoado, e sensibilidade para afugentar qualquer tristeza, choro ou sofrimento.

Nossa homenagem a todas as mulheres, esposas, mães, filhas, que contribuem para o crescimento de nossa sociedade”. Que Deus as proteja!

Queremos com o presente parabenizar os organizadores e colaboradores pela realização desse importante evento do município, que com empenho e dedicação ressaltam o papel importante da mulher no contexto social.

#### REQUERIMENTO Nº 378

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de congratulações e aplausos pela passagem do centenário de nascimento do saudoso ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família Kubitschek ao Exmo. Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente do Senador do Federal, ao Exmo. Sr. deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, bem como a todos os prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 12 de setembro de 2002, será comemorado em todo o País a passagem do centenário de

nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com as mais variadas homenagens, como: nome do saudoso presidente; em ruas das cidades; pontes; viadutos; logradouros; rodovias; prédios; escolas públicas; etc...

Cronologia da vida de Juscelino Kubitschek de Oliveira desde seu nascimento em Diamantina até seu falecimento com os principais fatos ocorridos durante sua vida.

Os principais fatos nos 73 anos de vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

1902 - 12 de setembro: nasce em Diamantina, Minas Gerais, filho do caixeiro viajante João César de Oliveira e da professora primária Júlia Kubitschek.

1905 - 10 de janeiro: morre o pai de Juscelino.

1914 - Ingressa no seminário dos padres lazaritas, único ginásio de Diamantina.

1919 - Primeira viagem a Belo Horizonte, prestando concurso para telegrafista dos Correios. É aprovado.

1921 - 19 de maio: é nomeado telegrafista-auxiliar, em Belo Horizonte.

1922 - Ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais.

1927 - 17 de dezembro: forma-se em Medicina.

1928 - É nomeado professor-assistente da UMG e deixa o cargo de telegrafista. Monta uma clínica particular.

1930 - De abril a outubro: viaja pela Europa onde faz cursos e estágios.

1931 - Março: ingressa no corpo médico da Força Pública com a patente de oficial. Dezembro: casa-se com Sarah Lemos, com quem viria a ter duas filhas - Márcia e Marisleta.

1932 - 9 de julho: é desencadeada a Revolução Constitucionalista. 16 de julho: como capitão-médico da Força Pública, Kubitschek é convocado para servir no Sul de Minas.

1933 - Valadares, nomeado interventor federal em Minas Gerais, escolhe Kubitschek para seu secretário-executivo.

1934 - Abril - candidata-se a deputado federal.

1937 - 10 de novembro: O Estado Novo extingue todos os mandatos legislativos do país.

1938 - Dezembro: promovido e tenente-coronel da Força Pública.

1940 - 16 de abril: Valadares o nomeia prefeito de Belo Horizonte.

1945 - Elege-se deputado federal e representante à Assembléia Nacional Constituinte, pelo PSD mineiro.

1950 - 3 de outubro: elege-se governador de Minas Gerais.

1955 - Projetado como o maior nome nacional do pessedismo, Kubitschek é lançado à Presidência da República: vence com 500.000 votos de vantagens sobre Juarez.

1956 - 31 de janeiro: Kubitschek é empossado na Presidência da República para um mandato que se encerraria em 31 de janeiro de 1961.

1961 - 25 de agosto: renuncia o presidente Jânio Quadros. Kubitschek defende a posse do vice-presidente João Goulart. Em 3 de outubro se elege senador por Goiás, obtendo 96% dos votos.

1964 - Abril: vitoriosa a Revolução de 31 de março, que depôs o presidente, Goulart, Kubitschek, como senador, vota no marechal Castello Branco para presidente e em José Maria Alkmin para vice. 8 de julho: Seu mandato é cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

1967 - 9 de abril: regressa definitivamente ao Brasil.

1974 - Fevereiro: candidata-se à cadeira nº 34 da Academia Mineira de Letras, para a qual se elege em junho.

1975 - Publica seu livro "Meu Caminho para Brasília". Agosto: candidata-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, sendo derrotado por Bernardo Elis.

1976 - 22 de agosto: morre de acidente automobilístico, no quilômetro 165 da rodovia Presidente Dutra.

#### **MEMORIAL J.K.**

Lembro-me da primeira vez em que se falou de um centro de cultura dedicado, em Brasília, ao seu fundador. Foi durante a visita que fizemos eu e o empresário Newton Rossi, a dona Sarah Kubitschek, em 1977. Ela já alimentava a idéia de uma iniciativa nesse sentido.

Pretendia, dona Sarah, adquirir, por compra ou doação, uma área de terreno, nas cercanias de Brasília ou dentro da própria cidade, para a edificação do Centro de Cultura, que se chamaria memorial J.K. Suas primeiras tentativas não tiveram êxito. Alguns anos depois, o cantor Silvio Caldas, com acesso pessoal ao presidente Figueiredo, conseguiu sensibilizá-lo em torno da idéia de dona Sarah. A doação do terreno foi feita pelo governo e formalizada em cerimônia pública, presidida pelo governador Aimé Lamaison no Palácio do Buriti. Nessa mesma ocasião, como consequência natural da abertura política, foram devolvidas a Juscelino Kubitschek de Oliveira todas as honrarias oficiais que recebera em vida e que lhe foram cassadas pelo processo revolucionário instaurado no Brasil em 1965.

Dona Sarah não estava sozinha no seu grande projeto. Um amigo de J.K., que o festejava nas horas de glória, e que, nos momentos de amargura e de solidão, não o abandonou um só minuto, Adolpho Bloch, assumiu, pessoalmente, a campanha, dando todo o seu apoio e de sua máquina de comunicação a serviço do Memorial J.K. Adolpho Bloch e Dona Sarah saíram, Brasil afora, sensibilizando a opinião pública, o empresário nacional e as autoridades do governo, em favor de um centro de cultura, que tornasse eterna a presença do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em Brasília e no Brasil.

E o Memorial J.K. está aí, reunindo tudo quanto faça lembrar a figura do grande brasileiro, para o conhe-

cimento de todos. Para o conhecimento, a admiração e o carinho de todos.

A administração do Memorial J.K., entregue ao coronel Affonso Heliodoro, fiel companheiro da Juscelino, vem fazendo tudo o que é possível, para que a instituição, nascida do esforço e da tenacidade de dona Sarah Kubitschek e do apoio irrestrito do Adolpho Bloch, floresça e cumpra a finalidade para a qual foi criado: eternizar a memória do construtor de Brasília, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

#### **Roteiros das peças e documentos expostos**

##### **Vitrine A - Brasília - Marcos de sua inauguração:**

Chave simbólica, Medalhas e placas comemorativas.

##### **Vitrine B**

Medalhas comemorativas das visitas de presidentes estrangeiros ao Brasil.

Chaves simbólicas de cidades estrangeiras ofertadas ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Medalhas e placas concedidas ao presidente Juscelino por entidades estrangeiras.

##### **Vitrine C**

Medalhas e placas oferecidas ao presidente Juscelino por entidades e instituições brasileiras.

##### **Vitrine D - Condecorações**

01 - Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito - Brasil

02 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar - Brasil

03 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval - Brasil

04 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico - Brasil

05 - Grã-Cruz da Ordem Legion d'Honneur - França

06 - Grã-Cruz da Ordem St. Michael and St. George - Inglaterra

07 - Grã-Cruz da Ordem de Pio IX - Vaticano

08 - Grã-Cruz e colar da Ordem Infante D. Henrique - Portugal

09 - Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre-e-Espada - Portugal

10 - Grã-Cruz da Ordem El Sol Del Peru - Peru

11 - Grã-Cruz da Ordem das Três Bandas - Portugal

12 - Grã-Cruz da Ordem das Nuvens Propícias - Japão

##### **Vitrine E - Condecorações**

13 - Grã-Cruz da Ordem de Morazan - Honduras

14 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito - Holanda

15 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito - Itália

16 - Colar da Ordem do Mérito - Itália

17 - Colar da Ordem do Mérito - Egito

18 - Grã-Cruz da Ordem Ruben Dario - Nicarágua

19 - Grã-Cruz da Ordem do Libertador Simon Bolívar - Venezuela

20 - Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo - Bélgica

- 21 - Grã-Cruz em Grau Extraordinário do Mérito - Líbano
  - 22 - Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito - Cuba
  - 23 - Grã-Cruz da Ordem de Isabel A Católica - Espanha
  - 24 - Colar da Ordem de Isabel A Católica - Espanha
  - Vitrine F - Condecorações**
  - 25 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito - República Federal da Alemanha
  - 26 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito - Jordânia
  - 27 - Medalhas: Santos Dumont, Almirante Tamandaré, Tiradentes, Mérito Militar, Instituto Docentes Militares, Polícia Militar do Rio de Janeiro
  - 28 - Colar Mariscal Francisco Solano Lopes - Paraguai
  - 29 - Colar da Ordem da Rainha de Sabá - Etiópia
  - 30 - Grã-Cruz da Ordem da Rainha de Sabá - Etiópia
  - 31 - Colar da Ordem do Mérito - Síria
  - 32 - Grã-Cruz da Ordem do Mérito - Síria
  - 33 - Grã-Cruz da Ordem do Cristantemo \_ Japão
  - 34 - Grã-Cruz da Ordem do Leão Neerlandês - Holanda
  - 35 - Colar do Mérito Jurídico Militar - Brasil
  - 36 - Colar do Instituto de Coimbra de Portugal
- O Arquiteto doutor Oscar Soares Niemeyer, autor do Projeto do Memorial J.K. descrevendo-o de próprio punho o importante desta descrição:

#### **Memorial J.K.**

De longe a primeira coisa que surge é a figura de J.K., suspensa sobre a cidade que criou em pleno cerrado. Depois, o corpo baixo e extenso do edifício, as vigas de concreto que marcam as fachadas, a cúpula protetora da Câmara Mortuária.

Devagar, o visitante desce pela rampa que conduz ao hall inferior, onde ficam a administração e o balcão de informações e venda de livros, fotos, filmes, etc. Se ele veio de carro, o percurso é idêntico e, nesse mesmo hall vai descer, seguindo o veículo para o estacionamento.

Pela escada de acesso, o visitante atinge o memorial propriamente dito e nele detém, surpreso com os espaços que surgem, como o piso de granito preto no qual estão gravadas como no Mosteiro dos Jeronimos, em Lisboa, frases ao ex-presidente. À esquerda, fica a câmara mortuária. É um momento de pausa e respeito que vai marcar uma visita. Tem salão circular com 10 metros de diâmetro, revestido nas paredes com granito cinza e no piso com granito preto, tendo no centro, sobre o círculo de mármore branco, o túmulo do ex-presidente. Do teto descem sobre ele as cores do vitral de Marianne Peretti.

Comovido, o visitante sai da câmara mortuária que em painel de altos balcões compõe extremamente, penetrando nos setores destinados à discoteca e à memória de J.K.

São roupas, comendas e medalhas, fotos e correspondências coisas e acessórios em que deixamos um pouco de nós mesmos. É a vida de J.K. que diante do visitante se reconstitui, da sua meninice em Diamantina ao desastre fatal que o levou para sempre. Emocionando ele retorna ao grande hall em, se o programa do dia estabelecer, ao auditório assistir uma conferência em filme referente ao ex-presidente.

É um grande auditório. O piso de tapete vermelho escuro e as poltronas roxas repetindo as cores da Câmara Mortuária no fundo, uma cabine de oração e literalmente, os locais destinados à televisão, rádio, imprensa, tradução simultânea, etc.

A decoração por nós idealizada mantém a mesma sobriedade em todo o conjunto. Poucos móveis como impõe um prédio dessa natureza, tratados naturalmente que são de arquitetura. O ambiente é iluminado e a iluminação indireta, permiti destacar com refletores, os pontos desejados.

A visita terminou e o visitante desce o hall de entrada, Já no exterior ele se volta com certeza. Quer ver de longe o memorial, a figura de J.K. que sorridente, dele parece se despedir.

A fim que os brasileiros de hoje e os de amanhã recebam esta herança, a honrem, a aprimorem, a engrandecem, na perpetuação da cidade do homem dignificado pelo trabalho, pela fraternidade, pela paz: “Brasileiros! Daqui, do cento da pátria, levo meu o pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação”.

Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã”.

“Uma capital e um grande país não podem ter uma concepção limitada - têm de ter a grandeza do povo desse país. Como eu disse, quis a providência que coubesse a mim a honrosa tarefa de construir a nova capital do meu país: Brasília. As pedras lançadas contra mim ou no meu caminho em nenhum momento me fizeram duvidar de que, em vez de recuar, eu estava no rumo certo. Só tenho que agradecer a Deus por esse privilégio que me concedeu”.

Depoimento do presidente Juscelino Kubitschek.

Porque Que Construiu Brasília.

“Tudo teve início na cidade de Jataí, em Goiás, a 4 de abril de 1955, durante a minha campanha como candidato à Presidência da República. Declarei que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição”. Uma voz se elevou para me interpretar: “Desejo saber se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da capital federal para o Planalto Central”. A pergunta era embaraçosa. Já possuía o meu programa de metas e em nenhum parte dele existia qualquer referência àquele problema. respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: “acabo de prometer que cumprirei na íntegra a Constituição e não vejo porque esse dispositivo seja ignorado. Se

for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo”.

“Depois que o aviãozinho pousou, sentei-me num toco de árvore, à beira de um córrego. Estávamos na mata do Gama. Tudo era deserto. O céu imenso. O descampado perdia-se de vista. Alguém me trouxe um caderno, pomposamente denominado Livro de Ouro de Brasília, e me pediu que deixasse consignada na sua primeira página a minha impressão da região. Escrevi: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

“Durante os últimos três anos, minhas reservas físicas haviam sido postas à prova até o extremo de sua resistência”.

Sentia-se tenso desde de que chegara ao Planalto. Tudo me comovia: a cidade, a recordação das lutas travadas, a vibração do povo; enfim, a contemplação da obra, que ali estava, em todo o esplendor de sua beleza plástica.

Vivendo aquele tumulto de emoções, não conseguia desfazer um aperto que sentia na garganta. Quando os ponteiros marcaram 20 minutos do dia 21 de abril de 1960 e vi o espetáculo de som e cores que armara no céu, e, olhando em torno, via a multidão contrita e com lágrimas nos olhos, não consegui me conter. Cobri o rosto com as mãos e, quando dei fé de mim, as lágrimas corriam dos meus olhos”.

(Juscelino Kubitschek)

À Mestra Júlia

Quando pensei contar aos meus patrícios, na unidade expositiva de um livro, as razões e o modo que construí Brasília, refleti que o tema não me pertencia, e sim aos historiadores da cidade e do país.

Embora já houvesse acumulado os atos para esta narrativa, deixei-os de lado. Bastava-me o esforço para erguer a nova capital do Brasil no Planalto Central.

Entretanto, com o passar do tempo, pude sentir que talvez só eu pudesse contar por inteiro a origem e a formação de Brasília. Além de seu fundador, seria também o seu cronista.

Antes de ser construída, Brasília foi uma polêmica. A mais longa que se travou no Brasil: viera da Colônia, atravessara todo o Império, entrara pela República, e continuava a ser, até o início do meu Governo - uma controvérsia e um desafio.

Quanto lhe plantei os primeiros alicerces, a velha polêmica, longe de atenuar-se - tornou-se mais veemente. E de tal modo que houve quem vaticinasse, não apenas o fracasso da iniciativa visionária, mas de toda a minha obra administrativa.

Depois, ao inaugurar a nova Capital da República, no dia certo, na hora certa, com todas as coisas nos seus lugares, imaginei que a obra gigantesca, representando o esforço conjugado de toda a Nação, teria o dom de calar

para sempre os seus teimosos opositores. Não tardei a reconhecer que me equivocava.

A despeito de já se começar a sentir que Brasília mudava o Brasil, criando uma nova era para o seu progresso, ainda persistiam contra ela as vozes apaixonadas - umas, de boa fé; outras por incompreensão.

Eu devia chamar a mim, na hora de toda as acusações, a responsabilidade e o empreendimento. Mas não para alimentar a controvérsia. Em vez de legítimo - a explicação. No lugar da palavra exaltada - o depoimento sereno.

Sempre tomei por norma, ao longo de minha vida pública, esta recomendação de Joubert: não devemos contar o nó que podemos desatar.

Enquanto não chega aquela hora neutra em que todos nós seremos apenas memória, julgo ainda do meu dever explicar o que diz. O Imperador Pedro II, no fecho de um soneto, dizia aguardar a justiça de Deus na voz da história. A justiça de Deus, no meu caso, tenho-a eu comigo, na intimidade de minha fé. Por isso, com este livro, só aspiro ver confirmado aquilo que já tenho: a benevolência de meus contemporâneos. Na verdade, ao verificar que minha obra maior teve o seu prosseguimento natural, em benefício exclusivo do Brasil, dou-me por bem pago de todas as lutas que travei. O importante, numa batalha, não são os mortos e os feridos, mas a praça conquistada.

Há ainda uma explicação para este livro: é que ele constituiu também um pretexto para agradecer. Agradecer a Oscar Niemeyer, a Lúcio Costa e a Israel Pinheiro, intérpretes imediatos de uma aspiração nacional que eu lhes transmiti. Aos membros das duas Casas do Congresso que me proporcionaram os instrumentos legais de que eu necessitava para materializar Brasília. Aos candangos que amassaram com o suor de seu rosto o cimento e a areia de seus edifícios. Ao entusiasmo do povo, que nunca me faltou com o seu aplauso. E a amigos, e a companheiros, e a colaboradores, que vão nomeados no correr da narrativa. E ainda aos meus adversários leais, a quem sou reconhecido pela função fiscalizadora e estimulante que exerceram, na vigilância de uma obra que marcaria o grande salto do Brasil para complementação de sua autonomia como grande nação.

Devo uma palavra de gratidão, igualmente a dois amigos, que tornaram possível a publicação desta obra: Adolpho Bloch, cuja chama idealista me colocou a pena na mão para que a escrevesse; e Caio de Freitas, jornalista, pesquisador histórico, que reuniu o material de que necessitava para a elaboração do volume.

Nunca hei de esquecer que, a 21 de abril de 1960, em Brasília, contemplando a cidade que estava sendo inaugurada, minha mãe alongou o olhar para o horizonte recortado de edifícios de concreto armado, e fez este reparo, com o orgulho generoso que as mães sabem ter:

- Só mesmo Nono seria capaz de realizar tudo isto!

Na realidade, tudo o que sou, como cidadão, como brasileiro, como homem público, à minha mãe o devo.

Viúva aos vinte e três anos, ela só viveu para seu trabalho e a educação de seus dois filhos. Nunca teve uma palavra de desalento, mesmo nas horas mais difíceis. Graças à sua tenacidade, abri caminho na vida. E foi no seu exemplo que me inspirei para realizar o meu destino. Sem a sua lição diante dos olhos eu não teria feito Brasília. A ela este livro é dedicado.

(Juscelino Kubitschek)

“Para continuar esta obra ele deixou inúmeras cartas, notas apontamentos, depoimentos e observações como o escritor Carlos Heitor Cony, por quem tinha confiança, admiração e amizade. O seu desejo era que Cony continuasse o seu testemunho para a História.”

(Adolpho Bloch)

“O homem se torna mais homem na medida em que se relaciona com Deus e ordena sua vida em direção aquele no qual vivemos, existimos e somos!”

(Spinoza)

#### REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Guaraqueçaba, pelo transcurso de seus 457 anos de emancipação política no próximo dia 11 de março/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Antonio Felício Ramos Filho, ao vice-prefeito, senhor Ivori José Dias, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Guaraqueçaba está situada numa região de rara beleza do litoral paranaense, sendo ladeada pelas baías de Paranaguá e Laranjeiras e pela elevação da Serra do Mar. Guaraqueçaba é também um marco histórico, pois está entre as primeiras ocupações existentes no Estado do Paraná, por colonizadores portugueses em 1545. Seus habitantes primitivos são os índios tupiniquins e carijós. A preservação de seu meio-ambiente e as características físicas da região tornaram-se privilegiadas na manutenção de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, quase intactos, criando assim, atrativos turísticos.

Comemora-se o Dia do Padroeiro de Guaraqueçaba - Bom Jesus dos Perdões - em 06 de agosto.

A homenagem que ora apresentamos, através desta proposição a toda a população de Guaraqueçaba, é das mais expressivas, pelo nosso reconhecimento ao importante trabalho desenvolvido em prol da grandeza do município e do bem-estar de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, associa-se às homenagens ora

prestadas ao laborioso povo de Guaraqueçaba formulando votos de muito sucesso.

#### REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à primeira diretoria eleita da FESCAP - Federação das Entidades de Classe da Justiça e da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi criada recentemente a FESCAP - Federação das Entidades de Classe da Justiça e da Segurança Pública, tendo sua primeira diretoria eleita empossado seus membros em data de 07 de março do corrente (2002).

A primeira diretoria eleita ficou assim constituída:

- Diretor-presidente: Elizeu Ferraz Furquim - Cel.

PM.

- Diretor vice-presidente: Luiz Bordenowski.

- Diretor secretário-geral: Sandra Márcia Duarte.

- Diretor primeiro-secretário: Noel Messias de Oliveira.

- Diretor tesoureiro-geral: Paulino da Rosa.

- Diretor primeiro tesoureiro: Ney Brumassio.

- Diretor do dep. jurídico: Wilmar de Marino Brasil Jr.

- Diretor de comunicação social: Nemésio Xavier.

- Diretor de assuntos parlamentares: Antonio de Carvalho.

- Diretor de assuntos de política social: Vera Lúcia Haut.

- Diretor de assuntos técnicos e econômicos: Ademilson Antonio Alves

- Diretor de assuntos policiais civil: Jurandir Pires Alves.

- Diretor de assuntos prisionais: Antonio Carlos Pacheco.

- Diretor de assuntos dos funcionários civis: Georgina.

- Diretor de assuntos da polícia militar: Nermi Maciel.

A toda a primeira diretoria eleita da FECASP (Avenida Getúlio Vargas, 650 - 1ª andar - Ctba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria eleita da Unimed.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Chapa Unidade Médica venceu a eleição mais concorrida dos últimos 30 anos da Unimed e 03 outras chapas disputando.

A nova diretoria eleita ficou assim constituída.

- Presidente: Robertson D'Agnoluzzo.

- Vice-presidente: Rached Hajar Traya.

- 1º diretor financeiro: Sheizi Ono.

- 2º diretor financeiro: Osni Silvestre.

- 1º secretário: Sérgio Ossamu Ioshii.

- 2º secretária: Solange Borba Gildemeister.

- Vogais: Mário Macedo, Mário Eduardo Repolho e Ricardo César Rocha Moreira.

- Comissão técnica: Antonio Carlos Kuster Filho, Antonio Vendrami Malucelli, Arleto Zacarias Silva Jr., Ernesto Emir Kugler Batista Jr., Luiz Antonio Munhoz da Cunha, Luiz Fernando Tullio, Maria Sisuka Namba, Marilinda Bettina Sanson Santos, Nilton Todashi Hagi, Renato Luiz Sbalqueiro, Alberto Accioly Veiga, Fernando Meyer, Jucenir Ferreira Marques, Mitsuru Miyaji e Wilma Brunett.

A toda a nova diretoria eleita, através de seu presidente - doutor Robertson D'Agnoluzzo (Unimed - Rua Barão do Rio Branco, 127 - sobreloja - centro - Ctiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 396**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Restaurante Colibri, pela comemoração de seu jubileu de ouro - 50 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Restaurante Colibri de Curitiba está completando hoje seus 50 anos de fundação. Inicialmente localizado nas proximidades do passeio Público de Curitiba, há 34 anos transferiu-se para sua atual sede, na Rua Lisymaco Ferreira da Costa.

São raras as pessoas que não conhecem o Colibri - tradicional no Centro Cívico, costuma ser palco de almoços e jantares dos quais participam grandes personalidades sociais e políticas do nosso Estado e do nosso País e ali já foram tomadas importantes decisões que mudaram os rumos da história do Paraná.

Sempre sobre o comando da Família Beyer o restaurante serve seus clientes (que também são tradicionais) com a mesma dedicação e qualidade de quando iniciou suas atividades. Até mesmo os garçons trabalham ali há anos. O Colibri tornou-se um local de encontro de amigos que através dele se conheceram e continuam frequentando. A comida, de especial qualidade, e o atendimento excelente são os atrativos da casa.

Ao Restaurante Colibri, através de sua proprietária - senhora Amanda Beyer (Rua Lisymaco Ferreira da Costa, 207 - Centro Cívico - Curitiba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 398**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindelpar - Sindicato dos Trabalhadores nas Concessionárias de Energia Elétrica e Alternativa do Paraná, realizado nos dia 08 de março do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente do referido sindicato, senhor Jeferson Sepeca, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Silveira Peixoto, nº 369, CEP: 80240-120 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 420**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplauso ao reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Clemente Ivo Juliatto bem como ao arcebispo metropolitano de Curitiba, dom Pedro Fedalto pelo 43º aniversário de fundação da instituição.

Outrossim, requer comunicação do feito ao irmão Clemente Ivo Juliatto, na Rua Imaculada Conceição, nº 1.155 - Prado Velho - CEP: 80215-901, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

O aniversário de fundação de uma universidade tão especial como a Pontifícia Universidade Católica do Paraná deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao Estado e ao País. Todos nós comemoramos o aniversário dessa instituição, que já há 43 anos vem formando cidadãos de grande importância para o nosso progresso.

A PUC, reconhecida como um dos principais centros universitários do país, tem hoje matriculados 20 mil alunos em 50 cursos de graduação. Além disso, são oferecidos 78 cursos de especialização, 7 de mestrado, 1 de doutorado, 2 cursos técnicos e 1 de ciência religiosa. A Universidade continua se expandindo cada vez mais, levando seu ensino para várias regiões. No próximo dia 18 ocorrerá a inauguração de um campus na cidade de Londrina.

São estas as razões do presente requerimento.

## REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, pela realização da 31ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí, realizada dia 1º de março último.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor Marcel Thuronyi, presidente da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, para que receba e transmita a todos os companheiros da diretoria e colaboradores, bem como ao excelentíssimo senhor Deusdete F. de Cerqueira, prefeito municipal e a todos os senhores vereadores de Paranavaí, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, realizou no último dia 1º, a 31ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí, com a presença de grande número da população local e da região do Noroeste, quantidade expressiva de autoridades, convidados, inclusive este modesto deputado.

Foi sem dúvida um grande dia de festividades, produzida por aquela gente tradicional na arte de inspirar a ação humana, reconhecida e respeitada pelas tradições.

E a vocação daquela gente, foi e continuará sendo a paixão de exposições organizadas com todo o carinho.

A articulação dos membros da diretoria da Sociedade Rural, valeu-se de ampla reserva de capacidades, experiências e talentos de todos aqueles que contribuíram e participaram para o grande brilho das festividades. Do balanço dessas vivências, tiramos a conclusão de que a experiência de ontem, pavimenta o caminho para os acertos de hoje e do amanhã para a sensibilidade, para as agruras e os anseios da sociedade nordestina. A maturidade e a experiência para lidar com os desafios, a vontade e a determinação de acertar e fazer acontecer a grande festa que presenciamos em Paranavaí.

Requeremos a transcrição nos Anais da Casa, para que fique gravado para a posterioridade.

## REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao doutor João Carlos Silveira, alusivo à sua posse no cargo de grão-mestre das grandes lojas do Paraná, ocorrida em 09 de março de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser en-

caminhada a Rua Brigadeiro Franco, nº 4173; CEP: 80250-990 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao doutor Ney Lisboa de Miranda, alusivo à sua posse no cargo de grão-mestre das grandes lojas do Paraná, ocorrida em 09 de março de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brigadeiro Franco, nº 4173; CEP: 80250-990 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e no prazo constitucional de informações, seja enviado expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, doutor Rafael Iatauro e ao senhor governador do Estado, doutor Jaime Lerner, solicitando os seguintes esclarecimentos:

a) cópia dos Convênios nºs 589/95 - PNTE; 198/96-PCME e 196/96 - PNTE, todos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação;

b) quais as razões pelas quais os responsáveis pela Pasta, senhor Ramiro Wahrhaftig não procedeu ao recolhimento em favor do FNDE no Banco do Brasil Agência 3602-1, conta corrente 170500-8 das quantias de R\$980.000,00; R\$2.258.965,00; e R\$3.120.000,00 (novecentos e oitenta mil reais; dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e novecentos e sessenta e cinco reais; e três milhões, cento e vinte mil reais), conforme determinação do Ministério da Educação?

c) Qual a razão da expedição dos editais de Notificação nº 157/2002; 158/2002 e 159/2002 de 28 de fevereiro de 2002, emitidos pelo FNDE - MEC em que aparece como Notificado o senhor Ramiro Wahrhaftig, por "ser residente em lugar incerto e não sabido" (sic).

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, atendendo o dispositivo constitucional, REQUER seja enviado expediente ao senhor presidente da Copel, doutor Ingo Hübert, e ao

senhor governador do Estado, doutor Jaime Lerner, solicitando os seguintes esclarecimentos:

01 - Qual o exato valor da renúncia fiscal promovida pela direção da Copel desde 1994 até hoje e a descrição minuciosa dos investimentos empreendidos, seus valores, sócios (pessoas físicas e jurídicas) com respectivas qualificações, e cópias de Atas da diretoria da Copel que registraram as decisões?

02 - Quais os motivos estratégicos, técnicos, econômico-financeiro, políticos e sociais que levaram o governo do Estado e a direção da Copel a investir no norte e centro oeste do país, especialmente no Maranhão? Que estudos técnicos embasaram tais decisões, prioridades e investimentos, inclusive quanto à opção de não realizá-los no Paraná? Indicar o valor dos investimentos e sua atual situação.

03 - Quando e como ocorreram e quais os representantes do Governo do Estado, da direção da Copel e das outras partes nas negociações que levaram a Copel e o Banestado S/A se associarem à Nova Holanda Agropecuária S/A, ao Consórcio Chopim Energético e Consórcio Rio Farinha, bem como cópias de todos os contratos e das autorizações para firmá-los da diretoria da Copel e conselhos, a participação da Copel nas funções diretivas e relatório dos serviços que foram ou estão sendo prestados pelas referidas empresas.

05 - Solicita-se, ainda, esclarecimentos acerca do Programa Tenusa, Indústrias Alimentícias no Mato Grosso, e os recursos da Copel enviados para aquisição de ações da Usimar Componentes Automotivos S/A, de São Luis do Maranhão, esta última sendo investigada por suspeita de fraude em outro projeto da Sudam?

05 - Quais as auditorias feitas nas empresas e os resultados apontados?

06 - Quais os ganhos até hoje obtidos, em especial os administrativos e financeiros, bem como a expectativa de rendimento para os próximos anos.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor diretor do DER, solicitando a instalação de um redutor de velocidade no km-24 da Rodovia dos Minérios, no município de Rio Branco do Sul (Prot. SPI-5.052.793-0).

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, solicitando informações

sobre o montante arrecadado pelo pedágio cobrado na Ponte Ayrton Senna, em Guaíra, como e onde estão sendo aplicados os referidos recursos, e também, se existe a aplicação desses recursos no Estado do Mato Grosso do Sul.

Tomamos conhecimento, através de denúncia feita pelo jornal Costa Oeste, edição 188, que o Governo do Paraná recuperou trecho da BR-163, rodovia federal, após a Ponte Ayrton Senna, em solo do Mato Grosso do Sul, sendo que outros trechos que efetivamente estão sob a responsabilidade do Estado não recebem nem de longe tratamento parecido.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor ministro da Fazenda, doutor Pedro Malan, bem como ao senhor ministro da Justiça, solicitando a instalação em Ponta Grossa, da Delegacia da Polícia Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional. O município de Ponta Grossa e toda a região dos Campos Gerais serão extremamente beneficiados tendo em vista o grande desenvolvimento regional e necessidade de se dotar a população de instrumentos hábeis para o atendimento de suas demandas.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) LUZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes para que ultime o atendimento da restauração da PR-542, sobretudo no trecho entre Colorado e Itaguapé e entre Nova Esperança e Paranaipoema.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A promessa do governo era a de se livrar de alguns trechos pela via do pedágio, o que resultaria em mais recursos para as demais rodovias estaduais. Também, após nosso apoio ao Fundo Rodoviário (Funcor), o governo rejeitou nossas emendas que colocaria mais recursos no fundo, a ser arrecadado dos setores que mais usam as estradas e com notória capacidade de desembolso. A rejeição às nossas propostas foram justificadas pela existência de recursos do tesouro para isso.

A situação destas rodovias está insustentável, tanto que vereadores, a sociedade organizada e empresário daquela região já fizeram várias manifestações, conforme matéria em anexo.

**REQUERIMENTO Nº 408**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, providências do Governo do Estado do Paraná, para efetuar uma ação nos prédios públicos para eliminar águas paradas, evitando proliferação do mosquito da dengue, em especial em obras paradas.

Em recente visita deste parlamentar à obra do prédio do Fórum de Curitiba, constatou-se grande quantidade de água parada no subsolo, tendo ali o ambiente propício para proliferação do mosquito da dengue.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

**REQUERIMENTO Nº 417**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o senhor doutor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, a conservação (tapa-buracos, limpeza de canaletas e roçada do mato) da estrada estadual que liga Siqueira Campos a Salto do Itararé.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em referência é o único acesso asfaltado de Salto do Itararé.

Trata-se de uma estrada estreita onde o mato está avançando na pista, com inúmeros buracos no seu pavimento e com as canaletas obstruídas.

Essa situação torna o tráfego muito perigoso e provoca avarias nos veículos que nela trafegam.

**REQUERIMENTO Nº 392**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, do artigo “Falta de Transparência e a Criminalidade no Paraná”, de autoria do doutor Olympio Barbanti Jr., publicado no jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 421**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, do artigo “As Dez Pragas do Sistema Criminal Brasileiro”, de autoria do doutor René Ariel Dotti, publicado no jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 115/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul, comarca de Barbosa Ferraz -PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, sociedade civil de duração indeterminada, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul, congrega as associações de agricultores e agropecuaristas do município de Corumbataí do Sul e região, tendo como objetivos:

01 - constituir-se como órgãos de representação às associações junto a outras instituições;

02 - prover o assessoramento junto às associações quando da sua constituição, administração e planejamento dos trabalhos;

03 - promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos;

04 - proporcionar melhoria do convívio entre os habitantes da área de abrangência, através da integração de suas filiadas;

05 - proporcionar as associações filiadas e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

06 - promover atividades assistenciais diretamente ou indiretamente de instituições filantrópicas;

07 - defender os interesses dos agricultores em todos os assuntos referentes à produção, comercialização de safra, comercialização de produtos de interesse de suas filiadas;

08 - organizar a compra de insumos, máquinas, equipamentos, produtos domésticos e outros, necessários às atividades das propriedades rurais;

09 - promover o desenvolvimento integrado da agropecuária através do aumento da produtividade, visando o aumento da renda nas propriedades.

**PROJETO DE LEI Nº 116/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizada a ampliação da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava-PR.

Art. 2º - A ampliação da PCH - Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º, desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A ampliação de geração de energia da Pequena Central Hidrelétrica Curucaca tem o intuito de incrementar as atividades comerciais da região, como por exemplo - reflorestamento, manejo e extração de madeira, beneficiamento de madeira e fabricação de papel. Estes segmentos econômicos geram empregos diretos e indiretos aos moradores locais. A construção de um novo circuito de geração adicional (canal de adução, tomada d'água, condutos forçados e casa de força) adicionará 21,6 MW aos 7,4 MW da usina existente, chegando-se a uma potência total de 29 MW.

Um outro aspecto que deve ser considerado quanto aos benefícios que advirão da construção da PCH Curucaca II, refere-se à utilização plena da capacidade de geração de energia inventariada para o trecho do Rio Jordão, conforme estudos aprovados pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com impactos ambientais de modo geral pouco significativos, considerando-se que o projeto da nova PCH aproveita o barramento e o pequeno reservatório já existentes, sem ampliar a área de inundação.

A disponibilidade de energia a custos competitivos, sendo gerada localmente, poderá alavancar o crescimento econômico da região, seja pela ampliação da PCH, seja pela comercialização dos excedentes gerados, seja pela possibilidade de instalação de novos empreendimentos industriais pelos aumento da disponibilidade de energia elétrica na região, trazendo divisas e incremento de impostos.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão relevante para o desenvolvimento econômico da região.

PROJETO DE LEI Nº 117/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Igreja Prebisteriana de Jataizinho, com sede em Jataizinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Prebisteriana de Jataizinho, com sede e foro em Uraí - Paraná, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política e aberta a todas as pessoas residentes na sua área geográfica.

É uma entidade que tem como principal objetivo prestar culto a Deus, pregar o Evangelho e ensinar aos fiéis a doutrina cristã. De forma democrática e com participação direta dos moradores, promove a integração dos residentes, garantindo um melhor ensinamento espiritual.

Sem dúvida esta Igreja Presbiteriana merece a aprovação da lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses da comunidade de Jataizinho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, dentro do espaço democrático desta Casa, dando a oportunidade de representantes de classe usarem o nosso plenário, vamos ouvir, hoje, o professor José Rodrigues Lemos, diretor da APP e do doutor José Valério Maciel de Almeida, do IPE. Vamos conceder a cada um dos oradores cinco minutos.

Inicialmente, concedo a palavra ao professor José Rodrigues Lemos.

O SR. JOSÉ RODRIGUES LEMOS

Quero inicialmente em nome de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, que me escolheram para conversar com os senhor deputados.

Então, cumprimento a todos os presentes nesta Sessão, representando aqui todos os servidores públicos do Estado do Paraná. São 205 mil e seus familiares, dependentes e usuários do IPE, que se aproxima de 400 mil no Estado do Paraná, e agradecer também esse espaço concedido pelos deputados para que a gente possa trazer alguns esclarecimentos e colocar a nossa proposta da saúde do servidor público.

Nós, reunidos hoje pela manhã, no plenarinho desta Casa, chegamos à seguinte conclusão: é necessário revogar o decreto 5303, que propõe um plano de saúde que faliu nos Estados Unidos e faliu há 2 anos na Argentina, e que por certo vai falir aqui no Estado do Paraná também.

Este plano não contempla os interesses dos servidores públicos do Estado do Paraná, deixa de fora vários procedimentos, deixa de fora vários hospitais, contratando apenas 16 hospitais para atender todo o Estado. Isto não dará conta e o doutor Dapa Zipe, que vai falar também aqui, vai dar os dados técnicos porque esse plano não vai dar certo no Estado do Paraná.

Nós queremos então: primeiro, a revogação desse decreto. Segundo, o resgate do IPE. Recuperar o IPE. Terceiro, a manutenção e ampliação dos credenciamentos dos hospitais e prestadores de serviços do IPE em todo o Estado.

Quarto, o pagamento integral da dívida atual do IPE junto aos prestadores de serviços que é aproximadamente 12 milhões. Por que esse pagamento? Porque se não pagarem, esses credores não vão atender aos servidores públicos, já pararam de atender, só voltam a atender se receberem essa dívida que o Estado tem para com esses hospitais, com esses fornecedores e esses credores.

Quinto, o repasse. O Decreto 5303 e o orçamento do Estado para 2002 já previu, 80 milhões para este ano, e que sejam repassados ao IPE, ou ao organismo que o Governo queira que administre esses recursos e não repassado a esses 16 (dezesesseis) hospitais, mesmo que eles não façam nenhum procedimento.

Nós queremos esses repasse, por quê? Vai dar aproximadamente 9 milhões, por mês, aqui até dezembro. Já está previsto no orçamento, o governo já baixou o Decreto dizendo que tem o recurso. Se repassar 9 milhões por mês ao IPE nós teremos um atendimento de qualidade. Temos mais de 300 hospitais credenciados, mais de 600 clínicas, em todo o Estado.

Não será necessário alguém sair de Paranaguá para vir a Curitiba, enfrentar uma fila enorme que nós estamos estimando que vai virar várias quadras, em torno daqueles poucos hospitais que serão credenciados.

Por isso, nós não queremos que alguém saia de Guaíra para ir a Toledo; é muito distante.

Nós que assinamos esse documento e a APP - Sindicato, Associação Médica do Paraná, Federação dos Hospitais do Paraná, Sindec, Sindejus, Associação dos Profissionais do IPE, o Conselho Regional de Medicina do Paraná, o Sindisaúde, Sindicato dos Médicos do Paraná, Sindiceab, Associação das Escolas dos Policiais.

Vejam, todos somos contrários, servidores e os donos de hospitais.

Por que o governo insiste nessa tese?

Nós estamos aqui porque temos esperança que esta Casa pode nos ajudar e queremos sair vitoriosos, porque não tem ideologia nessa nossa defesa, tem a saúde do servidor público.

Contamos com os deputados, aqui, desta Casa.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

Só para fazer justiça aqui: fui procurado pelo professor Paulo Fidelis que é de Londrina, que está chefiando a delegação que vem aqui em defesa do IPE, que quando do nosso pedido aqui, pela ordem, a manifestação lá não foi no sentido de subestimar nenhum dos deputados aqui. Ele me falou que eles gritaram porque querem não só esse 100 reais de abono, dos efetivos, que nós estamos querendo que inclua também, os celetistas.

Eles manifestaram no sentido de que querem também que os aposentados ganhem.

Fica registrado aqui a colocação.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais da Casa.

#### O SR. JOSÉ VALÊNCIO MACIEL DE ALMEIDA

Senhor presidente e senhores deputados, estou vindo aqui falar não como político, que não sou, mas como técnico.

Já contribuí muito para o governo Jaime Lerner quando fui diretor do IPE e trago e preocupação da classe médica toda do Paraná, como também dos funcionários do Estado do Paraná.

A nossa preocupação com o novo plano, adotado pelo Decreto 5303, que de acordo com todas as entidades médicas do Estado, e com todas as entidades dos servidores públicos do Estado do Paraná, não contempla e não vai atender aos funcionários públicos do Estado.

Até achamos que essa é uma grande colaboração com o Governo, porque é um ano eleitoral e nós entendemos que esse plano vai trazer muitas dificuldades políticas ao governador Jaime Lerner e à base aliada dele.

Temos aqui uma posição da Federação dos Hospitais. A diretoria da Federação dos Hospitais Estabelecimentos e Serviços de Saúde do Estado do Paraná, que congrega 18 sindicatos regionalizados e mais de 2.800 empresas do setor de saúde, vem a público manifestar a sua surpresa e indignação diante do anúncio do governo estadual da criação de um novo plano de saúde ao funcionalismo público e seus dependentes, por atendê-lo impositivo e antedemocrático e sobretudo impraticável pelas condições oferecidas.

Levado à mesa de negociações por várias oportunidades, os representantes das associações médicas e hospitalares, a exemplo do próprio funcionalismo, em nenhum momento tiveram - acesso a tal proposta, que segue os princípios do "manage care" onde comodamente o governo estadual só estaria transferindo riscos e responsabilidades à rede hospitalar. A base da nova proposta encontra-se na realidade, ao extinto Funrural e no próprio SUS para garantia de recursos conforme o número de usuários.

Contudo, a forma milagrosa agora oferecida, tem a sua credibilidade arranhada pela experiência frustrante da empresa União-Saúde, grupo argentino que se instalou em Curitiba no decorrer do ano de 2000, após vender seu plano aos trabalhadores das áreas de indústria, comércio e saúde, o Grupo sumiu, produzindo, calote vultoso aos hospitais, referente aos serviços prestados até 2001.

Um operador de saúde convencional, ajustado às leis de mercado, um usuário na faixa etária de 40 anos, que é a média próxima do servidor público paranaense, está pagando mensalidade entre 150 e 200 reais para um plano individual, com direito à acomodação diferenciada.

Como então, imaginar hospitais, absorvendo custo de um sistema, recebendo dez vezes menos e sem estima de número de atendimentos?

A Federação dos Hospitais foi à imprensa dizendo que esse plano de saúde pode quebrar os hospitais num período próximo a 60 dias.

O que as instituições médicas e funcionários pretendem? Fizemos um seminário hoje no qual foi tirada uma proposta lida pelo meu antecessor e estamos enviando cópia ao presidente da Assembléia, ao governador do Estado do Paraná e a todos os líderes dos Partidos na Assembléia.

Na estrutura do IPE que foi extinto, mas que na prática ainda continua atendendo ao funcionalismo público, temos a estatística deste ano. Foram atendidas em janeiro e fevereiro de 2002, 17.071 consultas.

Vejam os senhores que a demanda é mais a nível ambulatorial. É principalmente a nível de consultas e exames complementares. O que não se entende é porque este plano é oferecido a hospitais, quando na realidade, o hospital é uma instituição preparada para atender internamentos hospitalares, procedimentos de pacientes internados. Não existe uma estrutura ambulatorial que possa atender a essa população. A proposta é que mantenha-se os ambulatorios de Curitiba e Londrina, mantenha-se a rede credenciada que são 278 hospitais no Estado do Paraná, mais de 585 clínicas e laboratórios, e que se pague as dívidas que o Estado tem junto aos prestadores de serviços do IPE que hoje são apenas sete milhões de reais.

Obrigado. Entregaremos esse documento que retiramos do Fórum, hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós agradecemos a presença do professor José R. Lemos e do Dr. José Valêncio como aos demais visitantes que nos honram com a sua presença.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao depurado Nelson Tureck.

#### O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero registrar a presença do presidente da Associação de um dos maiores bairros da cidade, senhor Paulo Cezar Stanziolla e Roque Simão, funcionário público do DER e também presidente da Associação do Comércio do Bairro do Lar - Paraná, que é o Sr. Benedito Saturnino Lima. Pessoas preocupadas com o desenvolvimento, com a educação, com a segurança da grande Lar Paraná, da nossa querida cidade de campo Mourão.

Parabenizar a presença de vocês, aqui, neste Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e depois, posteriormente, estaremos indo às Secretarias em audiências com secretários.

Senhor presidente, senhores deputados. O deputado Nelson Tureck sempre tem subido a esta tribuna para elogiar projetos fundamentais, projetos reais, concretos e vitais do Estado do Paraná. E um desses projetos - e não canso de sempre elogiar - que é o projeto da Vila Rural, que enobrece o Paraná, que enobrece os parlamen-

tares, porque nós, toda semana estamos visitando os vileiros. E o projeto da Vila Rural é um projeto, hoje, de orgulho, não só do Paraná, não só de cada município, mas, do Brasil para o mundo!

Tenho observado nas cidades onde se construíram as Vilas Rurais, quando vem alguém do Rio Grande, de Santa Catarina, de São Paulo, a maior alegria de um prefeito é levar aquele cidadão onde forem implantadas as Vilas Rurais, para ali mostrar o trabalho realizado pelos vileiros.

E o deputado Nelson Tureck não é diferente. Sei que isso ocorre com o Ricardo Maia, lá de Maringá, ocorre isso lá com o Edno Guimarães, da cidade de Cianorte, ocorre lá com o Ribas Carli em Guarapuava, com o Chico Noroeste, na região de Foz do Iguaçu e nós acompanhamos esta semana, deputado Divanir, o secretário da Habitação, Rafael Dely e toda sua equipe, inaugurando vilas rurais e os centros de convivência nas comunidades vileiras. E ali participamos, em seis municípios da região. São mais de 200 centros de convivência que serão inaugurados. Só na nossa região agora foram dez. E naquele momento, onde através do Projeto Paraná 12 Meses, já foi levado irrigação aos vileiros, pude ver ali a alegria, a felicidade dos vileiros de poder ter sua plantação de café, de poder ter ali a sua plantação de milho, de arroz, de feijão, de tomate, de poder ter ali plantado maracujá e onde o Programa 12 Meses já está indo recursos para a despolpadeira da máquina de fazer o maracujá.

E quero, aqui, parabenizar o Rafael Dely, por um projeto, um secretário honesto e competente, um secretário realmente voltado aos interesses da habitação do nosso povo de Campo Mourão e do nosso Estado do Paraná. O Rafael Dely, sem sombra de dúvida, daquilo que nós recebemos e os deputados são testemunhas. O que se constituiu, praticamente, em todos os governos que passaram pelo Estado do Paraná. O Paraná, só na administração do Governo Jaime Lerner, praticamente fez a metade do que todos os outros governos fizeram. Fora, praticamente, hoje só na área da habitação, 250 milhões de reais do Tesouro do Estado e mais 350 milhões investidos pela Caixa Econômica Federal.

E hoje não é só Vilas Rurais. Temos o Projeto da Casa Feliz, o projeto da solidariedade e temos olhado e feito uma comparação de ver os tipos das casas do Governo do Estado do Paraná, casas, realmente, que o material é de primeira. Casas que vão durar a vida inteira, porque as telhas são de tijolo e a casa fica mais fresca. Temos visto que o madeiramento que vai dentro das casas é madeiramento de primeira qualidade, assim como as construções de alvenaria.

Isso é importante para nós, que vão nos visitar, e nós vemos uma obra de qualidade, a alegria do vileiro, a alegria do mutuário, a alegria do prefeito de poder mostrar uma obra bonita àqueles que visitam a sua cidade. E não só também, senhor presidente; nós estaremos aqui abordando outra alegria dos prefeitos do Paraná, das pri-

meiras-damas, do pai e da mãe, que é o projeto das creches da primeira dama, Fany Lerner.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero crer que para alegria de todos nós, nosso querido Paraná vive dias muito felizes. A primeira notícia que eu lia, neste domingo, no conceituado jornal Gazeta do Povo, talvez possa não ser uma notícia que traga muitas alegrias aos setores do comércio e da indústria, mas traz bastante alegria àqueles que acreditaram na transformação do perfil econômico do nosso Estado.

A Gazeta do Povo, em sua matéria de capa, manchete de domingo, diz que os tributos federais arrecadados no Paraná tiveram aumento superior ao aumento ocorrido em todo o Brasil. Ou seja, a arrecadação tributária federal do Paraná ultrapassou em mais que o dobro os outros Estados. E a matéria especifica o porquê: em função dos avanços que o Paraná vem experimentando nos últimos anos. E eu tenho convicção de que isto não é uma mera coincidência: é uma soma de fatores. Na verdade, o Paraná vem se transformando dia após dia. E esta transformação vem ocorrendo no período administrativo do governador Jaime Lerner. Iniciou-se no primeiro mandato e continuou no segundo.

É uma prova inequívoca: aumento de tributo quer dizer aumento de produção, aumento de consumo, maior distribuição de riquezas. Este é um dado incontestável. Houve sonegação em torno de 800 milhões de reais! Dados da Receita Federal. E mesmo assim, o Paraná ultrapassou todos os outros Estados, deputado Durval Amaral. É mais uma prova daquilo que nós temos afirmado desta tribuna, do crescimento, da transformação do perfil econômico do Estado. Lá estão elencados os diversos setores que proporcionaram estes aumentos.

Não fosse o aumento dos tributos, nós estamos tendo aumento no nosso saldo da balança comercial, ou seja, o Paraná, a cada mês que passa, tem um saldo maior. Que saldo é este? Diminui-se do que foi exportado o que foi importado. E o Paraná tem tido crescimento constante nestes níveis. Outra prova de que o Paraná vem crescendo de uma maneira diferenciada, de uma maneira que proporciona aos paranaenses melhoria de qualidade de vida. Nós já temos dados, aqui, do aumento de arrecadação do Estado.

Mas, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós temos dois acontecimentos a comemorar. Um deles, hoje, no Palácio Iguaçu, quando foi assinado o protocolo de intenções de um investimento, vejam os senhores, de 410 milhões de dólares! Deputado Waldyr Pugliesi, 410 milhões de dólares que uma empresa norueguesa, que já é proprietária da PISA, instalada ali em

Jaguariaíva, vai investir no Estado do Paraná, numa nova fábrica de papel de imprensa.

Agora, o que eu queria chamar a atenção, aqui, deputados, é a agilidade como ocorrem os investimentos no Paraná. Vejam os senhores, o Brasil importa 70% de todo o papel imprensa que consome. Nós temos uma produção de apenas 30%. Com o problema que o Brasil tem no seu saldo de balança de pagamentos, há um programa federal de incentivo às exportações e de incentivo à produção.

**(Passa a usar o Horário da Liderança)**

Com este programa do governo federal, para que nós façamos as substituições das importações e o incremento da produção de bens que hoje são importados, o governo federal baixou a portaria onde isenta das contribuições sociais, do Cofins, do PIS, empresas que produzirem o papel de imprensa aqui no Brasil.

Por que isso?

Porque o papel que vem de fora, ao ser importado não está sujeito a estas tributações e por consequência, ele fica mais competitivo que o papel produzido no Brasil.

É uma portaria do governo federal, saída recentemente.

O que aconteceu?

Imediatamente setores do governo muito bem relacionados com a iniciativa privada de imediato, a empresa norueguesa anuncia aquele investimento na região do Estado, onde temos uma grande cobertura vegetal, e, é claro, isto propiciou a instalação e a ampliação, mas vejam os senhores, são 410 milhões de dólares, quase 1 bilhão de reais e com esse incremento o grupo norueguês vai produzir 510 mil toneladas de papel de imprensa e ainda não vai suprir todo mercado nacional.

Eu queria destacar aqui, senhores deputados, a agilidade como acontecem esses fatos no Paraná. E olha, deputado Moysés Leônidas, às vezes nós ouvimos algumas afirmações que o Paraná é um Estado produtivo. Claro que é um Estado produtivo, de homens trabalhadores, mulheres trabalhadoras, povo dinâmico, mas só que em outras épocas, mesmo com todo dinamismo, esforço, trabalho dos paranaenses, as coisas não aconteciam. Então hoje nós estamos vivenciando momento que tornam o nosso Estado cada vez mais produtivo, mais rico e com as consequências que refletem na melhoria.

Mas eu queria com este dado, primeiro o nosso aumento da arrecadação de impostos federais e isso demonstra um crescimento econômico. Segundo, o investimento, vejam só, é a maior fábrica de papel do mundo, que vai ser construída ali em Jaguariaíva, mas além de tudo isso, amanhã, infelizmente eu não vou poder estar presente, o Paraná estará inaugurando a maior ponte fluvial do Brasil, o complexo da Ponte Camargo.

E aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, permitir-me-ia fazer uma volta rápida ao passado, porque a estrada, a famosa Estrada Boiadeira, foi construída por um conterrâneo meu, também do deputado

Cezar Silvestri. Foi o Manoel Mendes de Camargo, um guarapuavano que lá pelos anos vinte abriu uma picada que foi a boiadeira, saindo de Guarapuava indo até o Mato Grosso para fazer o trânsito de bois daquela região.

Eu fico aqui imaginando o que diria hoje o meu conterrâneo Manoel Mendes e Camargo, um homem visionário. Àqueles que conhecem Guarapuava e que conhecem o tradicional Clube Guaíra, na Rua XV de Novembro, o terreno onde foi edificado aquele clube, foi uma doação do Manoel Mendes de Camargo.

Eu fico imaginando se ele, deputado Divanir Braz Palma, deputado Nelson Garcia, fosse vivo e pudesse se deparar com o complexo da Ponte de Guaíra. Uma obra fantástica! E o que é mais importante, ontem tive a oportunidade de ir lá no DER conversar com os técnicos e perguntar: qual a participação dos recursos do governo do Estado e do governo Federal? Quem iniciou essa ponte? Quanto por cento da ponte foi construída por este governo? Os técnicos me disseram que 99% do complexo da Ponte Camargo foi realizada pelo governo Jaime Lerner e o investimento foi de 98% de recursos do Paraná.

Creio que é uma prova evidente, incontestável dos investimentos que estão sendo feitos no Paraná. Para fazer com que o Paraná se torne cada vez mais competitivo. Que faça do Paraná um grande corredor. Um corredor aonde vão passar riquezas que vêm, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso. E que saiam pelo nosso Porto de Paranaguá, que hoje também esbanja qualidade e produtividade. Não só ele como também o Porto de Antonina.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, senhores deputados.

O parlamento é bom por causa dessas coisas que acontecem. Acabamos de ouvir duas peças laudatórias ao governo Jaime Lerner. O deputado Nelson Tureck fez a seguinte afirmação: “o governador Jaime Lerner no seu período de governo fez o dobro de tudo aquilo que os outros governadores fizeram.”

O deputado Nelson Tureck parece que nesse ponto que quero tocar, ele não foi verdadeiro.

Deputado Ângelo Vanhoni, agora no dia 19.12 de 2002 o Paraná vai completar 149 anos.

Pois bem, desde 1853, quando o Paraná nasceu até o primeiro dia de governo do Jaime Lerner, o Paraná, em 148 anos, devia um bilhão e quatrocentos bilhões. Pois o Jaime Lerner não fez o dobro, não. Hoje estamos devendo 18 bilhões. Se acrescentarmos a isso o dinheiro que ele pegou dos royalties, de Itaipu, do Banestado, o dinheiro de tanta coisa. Esse Governo Jaime Lerner em algumas coisas ele excedeu, sim, do governo do Álvaro Dias, do Roberto Requião, do José Richa.

Por exemplo: o Paraná nunca viu tamanho incentivo à industrialização de bananas, como agora no Governo Jaime Lerner. Se vocês pegarem as estradas de Querênia para Monte Castelo, no asfalto que nós fizemos nos outros governos, lavradores do Paraná plantaram bananeiras nos buracos que existem nas estradas que esse governo, que foi muito elogiado aqui, não conservou!

Se vocês pegarem os jornais de hoje, irão ver que a destruição da Rodovia Itaguajé - Colorado, permite, também, um grande incentivo do governo Lerner à industrialização da banana, porque plantaram bananeiras nessa rodovia!

Então, é bom que aja contraditório, porque esse Paraná paradisíaco que os senhores vêm, não existe! Olha o pessoal do IPE: quando é que vocês viram paranaenses, no tempo dos governos do PMDB, ficarem disputando, apenas e tão somente, um miserável e vexaminoso abono de R\$100,00?

Há sete anos e meio o Governo Lerner não dá aumento para ninguém, nem faz a reposição salarial!

Esse é o governo! Passe uma radiografia do corpo social deste governo! Falar de industrialização, deputado Carli! Ora, nós da Oposição podemos falar, sim, de industrialização: Eu, por exemplo, fui prefeito três vezes do meu município e ele é um dos principais pólos industriais no setor moveleiro de todo mundo! Quando comecei lá, esse Jaime Lerner só fazia o “beija-mão” da ditadura militar! Nunca vi esse cidadão defender um jornalista que tivesse sido torturado, nunca vi uma palavra em defesa da imprensa livre!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Waldyr Pugliesi, consulto se V. Exa. usa o horário do PMDB.

**(Assentimento)**

V. Exa. tem o horário do seu partido, o PMDB.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Uso o horário do meu partido, o PMDB, onde estou desde o primeiro dia, deste 1966.

Bom, anuncia-se a implantação de uma fábrica de papel. Talvez, com aquilo que o governo Lerner e também dá muito mais, Tureck, do que o dobro dos outros governos, porque o Lerner gastou quinhentos milhões de dólares só com propaganda! Talvez, prevendo, lá no futuro, que não possa fazer propaganda, já está montando uma fábrica somente para pegar todo o papel e fazer propaganda mentirosa, como fez no caso da Copel.

“Olha, resolvi não vender mais a Copel”

Governador, você não vendeu a Copel por que foi impedido pelos fatos, pelo Paraná, pela Oposição, pelos milhares que bateram às portas do Poder Legislativo para impedir que a Copel fosse vendida!

Fez propaganda dizendo que deveria vender a Copel porque senão o Paraná não teria competição! Mentiu, a Copel teria competição, sim! Mentiu com o dinheiro do povo, e agora vem aí dizendo, lustroso,

rotundo, gorduroso, empavonado: “não vou vender mais a Copel.”

Governador: Mas que acinte, que “cara-de-pau”!

Há tempos estou sem vir à tribuna, alguns dias, mas, gostaria de dizer também o seguinte:

Falei que sou do PMDB, do MDB, desde o primeiro dia e outro dia, veja bem, que país que estamos vendo pela frente: o postigo ex-presidente da República, José Sarney, que pode conflitar, fazer uma competição com a Dercy Gonçalves, que não sei quem tem mais remendo, está filiado no PMDB, “Mama mia”!

Ele estava pregando que o PFL rompesse com o Governo. Mas, escuta, alguém lá da estratosfera, de um outro planeta fala: “Esse cara é do PMDB e é contra a Reforma Agrária? É contra trabalhadores? É a favor de banqueiros? É a favor de monopólio? É a favor da inflação de 84%? Ele é pai da Roseana que está no PFL e pai daquele outro que está lá! Oh, gente, eu quero dizer, o Tancredo Neves, um dia estou lá em Brasília, e eu sou uma pessoa que muitas vezes me irrita com muita coisa. Tenho paciência de Jó, mas estava lá meio irritado, mostrei uma peça que tinha alinhado, porque geralmente eu falo de improviso. Falei: “Ministro!” E li qualquer coisa.

Ele falou: “Pugliesi, você está muito duro. Põe lá na gaveta e amanhã você leia o que escreveu. e amenize o texto. No outro dia, você vá até a mesma gaveta, pegue seu discurso e o amenize. Lá no terceiro ou quarto dia, rasgue o discurso e jogue fora.”

Era a “técnica tancredista”.

As coisas não aconteciam, se eles não registrassem, se eles não tomassem conhecimento daquilo. Logicamente isso não serve para mim.

Mas, estou vendo o ex-presidente Sarney, do PMDB, anunciar como anunciou: “Olha, na terça-feira vou fazer um discurso bombástico”.

Uso o horário da Liderança das Oposições.

Então, o problema que quero dizer é o seguinte: Estamos vivendo num país que na realidade, não existe.

Aqui, no Paraná, pelo que estão falando na televisão, estamos vivendo no “Jardim do Éden”.

Outro dia, passando aqui perto da Assembléia, eu falei: “Escuta, esse cara não é o Adão? Não é a Eva? Parece. Cadê a cobra?”

Mas eles estavam chegando aqui, novo paraíso pintado pelo Jaime Lerner.

Isso não existe na prática! Isso não existe!

É preciso que nós, lá em Brasília, por exemplo, o meu partido perdeu até certo ponto, a sua diretriz, a sua base, o seu norte, aliás quem perdeu o norte mesmo, foi a governadora Roseana, porque a sua bússola está apondo para onde, hoje? Para o fundo do poço?

Quer dizer, a bússola tem que apontar para o norte, mas está apontando para outro lugar qualquer. Para a derrota! Gente, esse quadro é totalmente, irreal.

Por exemplo, me perguntaram outro dia num programa de televisão, como é que é, se o PFL realmente abandonou o Governo.

Eu falei: “Ih, gente do céu, o PFL!” E eu me lembrei - não por ser tão velho, porque leio - Pedro Álvares Cabral chegou aqui com aqueles naviozinhos que tinha - muito melhores que a Nau Capitânia do Greca - chegou lá e falou: “Olha que terrona lascada aqui!” Pulou, meteu o sapatão na praia, foi lá e falou: “Vamos fazer aqui uma mini estrutura de governo. Descobrimos essa terra!”

Descobriram nada! Outros já tinham descoberto antes! Mas a história é assim. Então Pedro Álvares meteu o sapatão - disseram que ele calçava 43 - e chegou lá. Fez um governinho.

Sabem quem que apareceu, para apoiar o governo do Pedro Álvares Cabral? O PFL! Os bichos já têm 500 anos de governo! Mudam todos os governos, só o PFL não muda!

Já eles estarão lá na porta do Palácio batendo às 3 horas da manhã, devagarzinho. “Olha, nós estamos aqui, contem com a gente. Nós somos governo”

A governabilidade, a globalização, essas mentiras eles impõem à população de todo o mundo. Mas, eu não estou disposto a ouvir esse “papo furado” de ninguém. Mas de ninguém mesmo!

Olha, eu iria falar até daqueles negócios que aconteceram em Nova York, mas certamente tem gente preparada para distorcer aquilo que nós falamos. Então, falarei em outra oportunidade.

Mas companheiros deputados, nós queremos dizer aqui da tribuna, que nós vemos as coisas de maneira diferente. Nós somos pela fidelidade partidária, pelo menos que haja fidelidade nos partidos, porque ela é tão rara em todos os cantos! Então - a fidelidade partidária - olha, se esse país tivesse leis para serem cumpridas e não esses oportunismos de “boca de eleição”, talvez nós tivéssemos eleições claras e limpas.

Como é que pode a penicilina, na antevéspera, ser apoiada pela bactéria? Oh, vamos ficar juntos! Mas não existe disso! Como que a catinga vai fazer uma aliança com o perfume? Eu não estou dizendo quem é que fede e quem é que cheira bem; quem é bactéria e quem é penicilina, que é remédio. Mas não dá! Precisaria ter um mínimo de vergonha na cara, como Jânio Quadros falava: “os antípodas precisariam estar com os pés contrários, como a própria palavra define”. Mas aqui é tudo diferente. Olha, eu fico preocupado!

Senhor presidente, quanto tempo ainda eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem ainda quatro minutos e meio, deputado Waldyr.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Então eu pediria aos apartes, que fossem breves, porque só tenho quatro minutos e meio. Viu, Tureck, eu tenho o maior respeito por você, e você sabe disso, só que você tem a visão governista de apoio ao governo. Eu até louvo isso, porque tem gente que é Oposição aqui e ali é “meia boca”; lá é Oposição, como o líder da Associ-

ação de Bairro ele sempre foi Oposição e chega aqui, pula o muro por trás do Palácio. então é complicado.

Concedo um aparte a V. Exa.

**O Sr. Nelson Tureck**

Obrigado! Eu só queria dizer o seguinte: quando subo nesta tribuna, sempre respeito a todos os parlamentares, e aquilo quando eu digo que elogio o governo, eu sou uma pessoa fiel: digo aquilo que o governo realizou. Quando eu disse das casas da habitação, quando falei em vila rural, eu disse que tudo aquilo que os governos construíram ao longo dos anos, o governo Jaime lerner fez 50% de tudo aquilo que realizou.

Então, eu sou um político que tem que defender aqueles que fazem as coisas. Aqui no braço esquerdo, aqui tem o sangue do legislativo, do edil e no braço direito tem o sangue do prefeito, porque eu fui prefeito. então, se eu digo de vilas rurais do que este governo fez; eu estou falando corretamente aquilo que o governo fez, porque eu jamais teria coragem de subir em uma tribuna, na frente dos deputados, para dizer uma coisa que o Governo não executou.

Então, as vilas rurais são um exemplo para o Paraná. É um orgulho para nós, porque elas são um projeto de vida, de solidariedade, de justiça social, senhor deputado. E quando eu disse da casa feliz, da casa da solidariedade, é só nós compararmos onde estão as casas feitas pela administração do governo Jaime lerner e com outras, nós vamos ver a diferença.

Então, tenho respeito por V. Exa., mas eu não poderia deixar, já que mencionou o meu nome, quando fala da Copel. O senhor falou do José Sarney porque ele é marido da Roseana.... desculpem-me, é o pai da Roseana, mas aqui, nesta Casa, aqui tem a sua esposa votou a favor da privatização da Copel. Então, se ela votou a favor, nós também votamos, porque achávamos que teria que ser feita essa privatização.

Então, eu não posso com muitas coisas. Desculpem-me deputado, porque eu tenho que falar. Sou um político verdadeiro, falo com a razão.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Muito obrigado.

Só quero registrar que o deputado elucidou mais um caso de incesto na nação brasileira, caso do Sarney com a própria filha.

E quero louvar deputado Tureck, por exemplo a visão que o governo Lerner teve quando eles pegaram o dinheiro do povo do Paraná e aplicaram nos títulos podres de Guarulhos, de Osasco, de Alagoas. Nossa! Eu tive uma satisfação. E falei: mas isso que é governo!

Não receberam até hoje, mas é por azar, porque ele foi muito bem-intencionado, como por exemplo esse negócio da Usimar. Olha, o Carli estava falando em investimento na fábrica de papel de 410 bilhões, um bilhão trezentos e oitenta, eles “meteram” grana! Falam: não, mas isso era dinheiro que poderia ser usado, porque

teria que pagar! Tudo bem, mas será que não tem aqui no Paraná alguma coisa para se fazer?

Foram lá, governo do PFL lá, governo do PFL aqui, pré-candidato à Presidência da República lá, pré-candidato naufragado aqui. Gente daqui, gente de lá, me parece que tem alguma coisa permeando tudo...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Nova Holanda, Agrima.

O que eu quero deixar claro, eu não sei, eu gostaria de, com todo o prazer, conceder um aparte ao deputado Caíto Quintana, que tinha solicitado antes do deputado Ângelo Vanhoni, não sei se é possível...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Waldyr Pugliesi, nós já concedemos, V. Exa. usou o Pequeno Expediente, o Horário da Liderança do PMDB, na Liderança da Oposição e Inclusive já lhe concedemos 02 minutos além do horário. Se V. Exa. puder concluir...

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, nós do PMDB somos capitães de longo curso, não somos como o Rafael Greca que não tirou uma nau do próprio lugar. Então, o que faço?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Se V. Exa. quiser conceder um aparte, mesmo que breve, apenas um aparte, teríamos mais ainda um minuto de tolerância.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Eu gosto de ouvir o deputado, meu amigo Waldyr Pugliesi, desde quando eu era menino acompanho ele. Agora, V. Exa. como presidente, tem que ter critério. O aparte que pedi ao deputado Fernando Ribas Carli, V. Exa. foi rigoroso no tempo e eu ia dar informações corretas.

Então, nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

Quero até que conceda o tempo suficiente para o deputado Waldyr Pugliesi, mas que a Mesa não tenha dois pesos e duas medidas.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Só apenas respondendo a questão de ordem do deputado Moysés Leônidas, primeiro o deputado Carli não concedeu aparte a ninguém que lhe pediu.

Então, não foi solicitado à Mesa se poderia ter dado aparte.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

V. Exa. acenou para ele que o tempo estava encerrado, e ele foi ordeiro e respeitoso com a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Moysés Leônidas, e em segundo lugar, o deputado Waldyr Pugliesi está cumprindo rigorosamente o tempo estabelecido.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Então, o meu relógio está errado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deve estar.

O SR. MOISÉS LEÔNIDAS

Então, o meu relógio está errado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deve estar.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Eu estou seguindo aqui e estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Foram cinco minutos do Pequeno Expediente, foram cinco minutos da Liderança do PMDB, e foram oito minutos da Liderança do Governo.

E, de mais a mais, a sua questão de ordem não procede.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de consultar a Mesa se o Horário da Liderança do PT já transcorreu ou ainda está na ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está na ordem.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado. Eu vou me inscrever para falar.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço a compreensão de todos os deputados.

Gostaria de ter concedido apartes a todo mundo, quero reiterar, não só ao Tureck, como ao Carli, como a todos os membros da Bancada de Sustentação ao Governo, que tenho respeito por todos, só que fazemos política desta maneira e quero louvar a postura de V. Exa. inexecdível no propósito de cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhores e senhores deputados.

É importante usar a tribuna nesta tarde, até porque, dar sequência, aos pronunciamentos que foram feitos até

agora. Por um lado, a gente vê os deputados ligados ao governo defendendo os investimentos que o Jaime Lerner fez neste seu governo. Por outro lado a Oposição colocando os investimentos que o Jaime Lerner vem fazendo fora do Estado do Paraná, investimentos em títulos podres.

E eu trago hoje aqui, deputado Waldyr Pugliesi, um jornal da região oeste do Paraná, que eu faço questão de reproduzir a manchete de capa do jornal Costa Oeste, que fala: “Paraná mantém rodovia no Mato Grosso do Sul” e tem uma foto onde aparece a Ponte Ayrton Senna, uma rodovia bem conservada no Estado do Mato Grosso do Sul e com um placa: “PR do Paraná - conserva com recursos do pedágio. Rodovia dentro do Estado do Mato Grosso do Sul foi reformada e tem manutenção paga pelos paranaenses” E no olho da matéria aparece além da fronteira: “Ao mesmo tempo em que faltam recursos para conservação da malha viária do Estado, o governo do Paraná, através do DER reformou e está garantindo a perfeita manutenção de um trecho de quase três quilômetros localizado no Estado do Mato Grosso do Sul.”

O jornalista Jaime Luiz Remor (*sic*) que tem todo o respeito nosso, conversava com o deputado Ademir Bier agora há pouco, conheceu o jornalista pessoalmente, ele coloca na matéria que os recursos do pedágio do Jaime Lerner estão na contramão dos investimentos. Recursos na ponte Ayrton Senna, em Guaíra e Mundo Novo, mantém rodovia dentro do Mato Grosso do Sul. Uma parcela dos recursos do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná está sendo investida fora do Estado! A prática, bastante estranha, tem até anúncio oficial que pode ser notado por todos os usuários da Rodovia BR-163, nas proximidades da ponte Ayrton Senna que liga Guaíra e Novo Mundo. Nos primeiros quilômetros do trecho o motorista é brindado por uma pista de excelente qualidade - exemplarmente sinalizada, segura. Uma das placas laterais faz questão de lembrar que o trecho foi construído e é mantido com recursos do pedágio da ponte, através do DER Paraná.

Mas a alegria dura pouco. Há alguns metros adiante o asfalto volta a ter as características negativas que sempre marcam as estradas do vizinho Estado. Na verdade, a construção do trecho de asfalto da rodovia BR-163, é parte de um grande lance de marketing, afirma o jornalista Jaime Luiz Remor.

A Ponte Ayrton Senna, inaugurada há aproximadamente quatro anos, apesar de ligar dois Estados, foi bancada em sua totalidade com recursos liberados pelo governador Jaime Lerner. A ponte sobre o Rio Paraná tem três mil e seiscentos metros de extensão, é considerada um das mais importantes obras dos últimos cinquenta anos. Um pedágio foi instituído para arrecadar recursos e cobrir o custo da obra. Somente os carros com placas de Guaíra e Mundo Novo estão isentos da taxa. Até agora não foram divulgados dados oficiais sobre a arrecadação, mas estima-se que a taxa de passagem renda cerca de quinhentos mil reais por mês, nesta época do

ano, quando o movimento de caminhões é mais intensificado.

Com o dinheiro em caixa o DER do Paraná já fez várias melhorias, uma delas foi a iluminação da ponte e outra, a reforma total, de pouco mais de dez quilômetros, nas duas extremidades de acesso a ela, incluindo a rotatória do Trevo de Guairá.

Não há nada de mau nas obras dos deputados, pelo contrário, a boa qualidade da estrada é uma obrigação do Estado.

O SR. NEREU MOURA

Concede-me um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Eli Ghellere, V. Exa. traz a esta Casa um assunto gravíssimo, porque não pode, por lei, o governo do Paraná, sem a autorização da Assembléia Legislativa, fazer obras em outros Estados. V. Exa. traz um assunto gravíssimo: essa Ponte Ayrton Sena foi inaugurada três vezes, pelo governador Jaime Lerner. Veio-me à mente, que essa Ponte de Porto Camargo já foi inaugurada, pelo presidente Fernando Henrique e pelo governador Jaime Lerner. É a segunda reinauguração. A Ponte Ayrton Sena foi inaugurada, reinaugurada e até a iluminação foi inaugurada, pelo governador. Inventam-se situações para poder fazer mídia e gastar dinheiro do povo, com propaganda.

Esse assunto é grave. Devemos propor uma ação no Ministério Público, para que seja investigado os recursos que estão faltando, para conservar as rodovias do Paraná, que estão sendo torrados, irresponsavelmente, no Rio Grande do Sul, o dinheiro do povo do Paraná.

Por isso, deputado Eli Ghellere, quero propor a V. Exa., para que façamos uma representação ao Ministério Público, para que seja investigado o uso do dinheiro do povo do Paraná, para a manutenção e construção de rodovia no Mato Grosso do Sul.

É um assunto inteiramente interessante, que V. Exa. traz nesta Casa, no dia de hoje.

O SR. ELI GHELLERE

Agradeço o aparte do deputado Nereu Moura.

Deixo de concluir a leitura da matéria do jornalista James Luiz Remor. Vou requerer à Mesa, para que conste na íntegra, nos Anais da Sessão de hoje.

Para concluir o meu pronunciamento, concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

**O Sr. Ricardo Chab**

Deputado, eu só gostaria de esclarecer, já que o senhor entra na questão do pedágio.

Hoje, tive a oportunidade de fazer uma enquete, a nível estadual, no SBT, e a pergunta foi essa: Você é a favor ou contra o pedágio? O SBT recebeu, em meia hora de enquete, 1.400 ligações de todo o Paraná. Os números são esses, para que os senhores tenham conhecimento: 22% das pessoas que acessaram a enquete, se diz favorá-

vel ao pedágio no Paraná e 68% da população paranaense se diz contra.

Ainda mais, em um programa instalado no SBT, a pergunta é a seguinte: a pessoa tem ou não automóvel. De 68% que se diz contra, 80% é proprietário de um automóvel, pelo menos. Significa que os usuários das rodovias, aqueles que andam, que trafegam na rodovia estão contra o pedágio.

O SR. ELI GHELLERE

Obrigado, deputado Ricardo Chab.

Tenho um requerimento na Mesa e peço, desde já, o apoio dos deputados e o voto favorável, que pede algumas informações ao governo do Estado. Primeiro: que o governo do Estado nos informe os valores arrecadados, pelo pedágio da Ponte Ayrton Sena. Segundo: como e onde estão sendo aplicados esses recursos. E terceiro: que o governo do Estado realmente aplique esses recursos, no Estado do Mato Grosso do Sul ou fora do Estado.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concede a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria registrar a presença, com muita alegria, do meu amigo Valmir S. e do Wiliam, do município de Porto Barreiro, e dos vereadores Wilson e Neuri, do município de Lindoeste.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência deseja aqui registrar o pedido do deputado Nereu Moura e também agradecer a presença dos nossos visitantes.

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores, deputados, prezados visitantes.

Nesta tarde tivemos a palavra de representantes da situação atual do Governo do Estado e representantes do povo na sua maioria, principalmente quando a questão é relacionada à luz, à saúde, à estrada, à educação, enfim, o que compõe realmente os parâmetros que nós vivemos na nossa vida comunitária.

Tivemos aqui também a palavra de duas pessoas: uma representando os funcionários públicos do Estado, trazendo como aval da sua palavra a subscrição de diversas entidades que fazem com que a Casa de Leis do Paraná abra os olhos para esse projeto sobre a saúde pública do nosso Estado, principalmente ligada ao funcionalismo público.

Lembro-me perfeitamente bem que neste Plenário também vieram diversas entidades representativas dizendo que a Copel não deveria e não poderia ser ven-

dida e infelizmente não foi escutada, foi escutada depois transcrita no “Paraná em Páginas” de que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu por unanimidade paralisar todo o processo de privatização da Copel. O presidente do Tribunal Superior de Justiça, ministro Paulo Costa Leite, manteve a suspensão da privatização da Copel até o julgamento das ações contestando o processo em primeira instância ou até nova decisão do Tribunal Regional Federal.

Portanto, transcrito, provado, as palavras ditas pelo Waldyr Pugliesi, nosso colega, de que alguém está mentindo a este Estado, e no caso o mentiroso é o atual governador que aí se encontra.

Diz ainda mais esta matéria: “A verdade hoje é a mentira do dia seguinte: Lerner jurou que não venderia a Copel enquanto fosse governador, que preferia até morrer a chegar a este gesto”, e realmente o Lerner morreu, politicamente falando.

Depois de entregar o Banestado, diz a nota, ao Itaú a um preço de banana, não daquela plantação que o Waldyr Pugliesi relatou, mas realmente é um preço de banana, ao Itaú, e ainda resta o problema dos títulos podres aqui relatados, comprados pelo governo em nome do Banestado, e ainda depois de antecipar os royalties por 23 anos de Itaipu, além de entregar a Ferroeste a um consórcio privado, e vem relatado nesta matéria que eu recomendo a todos os paranaenses, esta revista “Paraná em Páginas”, que traz a verdade, inclusive com algumas indagações a este Poder, que teve uma Sessão suspensa e não uma Sessão terminada, que foi questionada aqui neste plenário e na Justiça, quando do assentamento de um deputado titular no lugar de um deputado suplente, que iria votar com o povo do Paraná, e o resultado naquela oportunidade seria outro, aqui também está transcrito, mostrando a Ata, aonde diz: O deputado Neivo Beraldin, pela ordem, sugere à Mesa, para que a Sessão seja suspensa. O senhor presidente suspendeu a Sessão, é a Ata desta Casa.

Mais adiante, essa matéria, relatam os governadores José Richa, Jaime Canet Júnior, João Elísio Ferraz de Campos, Álvaro Dias, Roberto Requião e Paulo Pimentel, dizendo que não deveria e não poderia ser vendida a Copel.

Senhor presidente, aqui está a verdade transcrita, não pelas matérias mentirosas do governo do Palácio Iguaçu mas transcritas na realidade o que ocorreu.

Voltando ao assunto primeiro, das duas pessoas, um representando os senhores funcionários, outro representando o IPE, do qual já foi um excelente presidente. Eu acredito e tenho a certeza que o bom senso desta Mesa Executiva, da Liderança do Governo, irá fazer com que seja retirado esse projeto para ser melhor analisado, que aquilo que nós desejamos, que é a saúde ao funcionário público, que tanto engrandeceu, que tanto fez e que tanto está fazendo.

Gozado, do lado de lá falam em mérito do governador, como se o Governo do Estado fosse feito pela

figura do governador. O Estado do Paraná é feito pelos funcionários públicos do Estado, há dezenas, centenas de anos, que deram ao Paraná o que ele é, e não o governador.

Por isso, senhores deputados, não admitimos que alguma coisa seja levada tão somente a quem dirige, mas a quem participa e a quem trabalha.

Aqui está uma sugestão. Hoje no Jornal Estadual o vizinho país do Paraguai toma iniciativa para fazer uma barreira de dengue. Nós, do Sul, o que é que fazemos? Precisamos fazer com que a vigilância, em ônibus, em meio de transporte, em aviões, que vêm dos Estados aonde, essa epidemia está generalizada, não chegue até nós.

Por isso, estamos solicitando à Mesa, para fazermos com que a vigilância sanitária também faça a sua parte impedindo que o mosquito da dengue chegue aqui ao Paraná.

Peço à Mesa Executiva, que falamos em saúde do funcionário público, falamos ontem em plano de Cargas, carreira e salário da Secretaria de Agricultura. Estamos hoje na pauta do dia, com o abono ao Tribunal de Justiça, aos funcionários.

Mas vamos lembrar, senhor presidente e ilustre deputado que já fez uma iniciativa, deputado Anibelli, 2º secretário, vamos lembrar do plano de cargos e carreiras e salário dos funcionários deste Poder, para, aí sim, todos nós irmanamente dizermos lá fora que fomos juntos com o Tribunal de Contas com o Tribunal de Justiça, com o Poder Executivo, mas principalmente com o Poder Legislativo.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Basílio Zanusso.

#### O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Queria, de forma sucinta, abordar dois assuntos, que eu não poderia deixar de fazê-lo. Um deles um pouco tardiamente.

Queria falar da decisão da verticalização das coligações, e também, sobre as estradas não pedagiadas, lá especialmente, da nossa região do Noroeste.

A imprensa nacional é assunto dela, diariamente, a posição do PFL nacional ou especialmente do presidente Borhausen, que reiteradas vezes pronunciou-se pelo rompimento do Partido com o governo federal ou com o PSDB, como queiram, e em seguida, pediu ao Diretório Nacional, através do presidente, inclusive o desligamento dos funcionários de 1º e 2º escalão, indicados pelo Partido, para que saísse do governo federal.

Na segunda-feira próxima passada não me foi possível comparecer à reunião do Partido que reuniu a Bancada Federal e alguns dos nossos deputados estaduais para discutir sobre o assunto mas eu não podia deixar de

registrar nos Anais da Casa, a posição pessoal minha, não com relação à decisão nacional que não me diz respeito, mas dizer que eu tenho posicionamento contrário, porque não vi em tempo algum, motivo que justificasse o rompimento do Partido com o governo federal, até porque nós, das bancadas estaduais, não fomos sequer comunicados.

Espero que a nossa bancada estadual, e fiz sugestão em forma de apelo ao nosso líder, o deputado Plauto Guimarães, e comuniquei ao líder do governo, deputado Durval Amaral, nosso companheiro, nosso líder, que a nossa bancada se posicione lá em Brasília, através de uma audiência com o presidente do nosso Partido para levar as nossas preocupações e o nosso posicionamento.

Eu não sei dos deputados colegas, mas eu discordo da forma com que o Diretório Nacional tem se pronunciado acerca desse assunto através do presidente Bornhausen.

Além disso, com respeito à verticalização que foi fruto de uma consulta de um parlamentar do PDT do Rio de Janeiro e que resultou numa resposta da interpretação do Superior Tribunal Eleitoral, que os partidos coligados a nível nacional devessem obrigatoriamente acompanhar nos Estados.

Ouvi o deputado Waldyr Pugliesi falando em coerência partidária e fidelidade partidária. Conhece o deputado Waldyr que eu, como ele, tenho posição definida acerca de ética e coerência partidária. Fico à vontade para dizer que a nossa tradição nos Estados não é essa a recomendada pelo Superior Tribunal Eleitoral. A nossa tradição é que cada Estado, os partidos políticos devem fazer como vêm fazendo ao longo dos anos, as coligações de interesses regionais ou de cada Estado.

Não quero dizer com isso que o meu partido e nós fiquemos assustados, temerosos de que com o rompimento, se houver, também não quero ver o PFL fora do governo, deputado Waldyr. Também não acredito muito nisso e desejo que não aconteça.

Portanto, senhores deputados, o nosso pronunciamento, aqui, compreendo perfeitamente que não vai implicar, nem influir, absolutamente, nessa questão a nível de Brasília.

Mas queria deixar registrado, aqui, o meu posicionamento e a minha preocupação, porque se o Partido tiver rompido e com isso tiver que lançar candidato próprio para governador do estado, que a coligação não é aquela que nós esperávamos nas eleições proporcionais. Acho que o nosso Partido está organizado, está estruturado no Estado, para tanto, para ter candidato próprio a governador e outros cargos e muito especialmente para deputados estadual e federal. Mas não é isso que desejo, pessoalmente, porque, repito, não vejo e não entendo razão que possa levar a esse rompimento, porque os Estados, para isso, deveriam ter sido consultados pelo Diretório Nacional.

O jornal "Folha de Londrina" de hoje, noticia que é um movimento que houve por pessoas, lideranças políticas, comerciantes na cidade ou no município de Ita-

guajé, reclamando o reinício das obras de recuperação da estrada Itaguajé/Colorado. Notícia que estiveram presentes, inclusive os presidentes das Câmaras daquele município e de municípios vizinhos. Queria dizer que é de fácil entendimento aquele movimento, aquela manifestação que foi retirada, porque, há questão de dois ou três meses, da mesma forma se fez naquela estrada. Realmente, a estrada de Itaguajé a Colorado está praticamente intransitável. E a empresa pavimentadora, de Paranavaí, que foi lá com suas máquinas e seus serviços, trabalhou cerca de 8, 10 ou 15 dias, parou, retirou as suas máquinas e levou para outras bandas, retornando somente agora no sábado ou domingo.

Manifestações como esta não sei como também não aconteceram nos municípios de Ângulo, Atalaia, Inajá e Paranacity, porque as estradas lá não estão diferentes. É muito difícil passar por lá. Tenho notícias que uns poucos caminhoneiros, cerca de 4 ou 5 proprietários de caminhão de Atalaia, deixam seus caminhões em Mandaguacu e eles vão de automóvel ou de ônibus para suas casas, porque não é mais possível colocar carretas, caminhões de alto valor nas estradas.

Estou aqui, meus amigos, sou homem de apoio e dou sustentação ao Governo nesta Casa, sobejamente conhecido. Mas não é possível esta situação permanecer: "Ah, mas o Governo está fazendo alguma coisa "Está! Estive em contato com o diretor do DER, ontem, hoje telefonei para o chefe do Distrito Rodoviário de Maringá - Dr. Zezo. Estou informado que aquelas estradas todas tiveram as providências necessárias de licitação e concorrência pública. Algumas estradas foram contratadas, outras estão para ter seus contratos efetivados agora nos próximos dias. Espero que isto aconteça, porque a pior região do Paraná, que eu conheço é a nossa. Estou muito à vontade para dizer, aqui, porque a maior parte dos municípios que estou citando, e um dos próximos que citarei, são municípios de representação do deputado Durval Amaral. E que eu sei o quanto o deputado Durval Amaral tem procurado, comigo, junto às vezes, indo à Secretaria da Fazenda, à busca de recursos, ao DER, para atender aquelas estradas.

Ora! Se as estradas estão para serem contratadas, não haveria necessidade do senhor Basílio estar aqui! Não! Estou aqui porque as estradas podem ter suas obras reiniciadas, ter um paradeiro de interrupção ali na frente, e não dá mais! Não dá mais, não é deputado Durval Amaral? V. Exa. é líder, tem a representação, a grande maioria daqueles municípios aos quais me refiro estou aqui para...

Concedo aparte ao deputado Antônio Anibelli.

#### **O Sr. Antônio Anibelli**

Gostaria que V. Exa. incluísse no rol de estradas que citou, os municípios nossos e do deputado Durval Amaral, Flora e São Carlos do Ivaí. É impossível trafegar naquelas estradas. Tanto Ângulo como Colorado, as estradas de Santa Izabel a Loanda, todas as estradas...

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO**

Paranavaí a São João do Caiuá.

**O Sr. Antônio Anibelli**

Todas as estradas, e gostaria que V. Exa. registrasse, também, que nós estamos iniciando uma super safra. A maior safra que os nossos agricultores plantaram, Deus ajudou, a chuva veio e a colheita vai se realizando, iniciando, e não temos o transporte.

Vai acabar dando fila em Paranaguá e principalmente o aumento de 25% no transporte, que vai encarecer quem? O agricultor, aquele que acreditou no governo e acreditou na pujança do nosso Estado. Só que, infelizmente, nas estradas, primeiro taparam os buracos com terra e depois passaram piche e na primeira chuva voltaram a abrir todos os buracos do Paraná.

Obrigado.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO**

Obrigado a V. Exa., quando fala da super safra que vem e as estradas, como estão, não permite o escoamento da nossa rica produção.

Acontece, deputado Anibelli, que lá por parte do DER e da Secretaria dos Transportes, eu vejo a melhor vontade, o doutor Paulino Dalmazi é um homem ligado a todos nós, de fácil aceso, conhecido de todos os senhores deputados, como também o senhor secretário dos Transportes. O problema, são recursos! Não pode mais, agora, a Secretaria dos Transportes e o DER deixarem da execução. Quando o deputado Justus assumiu a Secretaria dos Transportes, lembro-me que já nos primeiros dias, por indicação do deputado Accorsi nós fomos a Loanda, alguns deputados, o Ricardo Maia e outros, e hoje o deputado Waldyr falou em bananeira, realmente, tinha bananeira lá. Foram tomadas providências.

Agora, não é mais possível. Estou aqui...

Concedo aparte ao deputado Hermes Fonseca.

**O Sr. Hermes Fonseca**

Deputado Basílio, gostaria de perguntar a V. Exa., que é um deputado da base do Governo, quando a Chrysler pagou ao governo do Estado o ICMS que havia sido postergado, o governo anunciou que iria aplicar os 110 milhões de reais na recuperação da malha viária do Estado do Paraná. E onde está esse dinheiro? Porque, não é só na sua região! Na região norte do Paraná, entre Nova Fátima e Ribeirão do Pinhal, Ribeirão do Pinhal e Jundiá do Sul, Jundiá do Sul a Guapirama, Guapirama a Joaquim Távora, de Wenceslau a Santo Antônio da Platina, de Ibaiti a Santo Antônio da Platina, de Cornélio Procopio a Nova América da Colina.

São Sebastião da Amoreira, as estradas também estão intransitáveis, além de tantas outras que não cabe aqui nomear. Onde está o dinheiro que foi cantado em prosa e verso pelo governo que deixou de fazer a manutenção das estradas durante todo o seu período de governo?

Esperou o dinheiro da Chrysler para anunciar essa recuperação fantástica do Paraná e até agora as estradas continuam da mesma forma.

Muito obrigado.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO**

Deputado Hermes, eu não posso responder a V. Exa., porque de fato eu também li e ouvi a informação de V. Exa. de que os R\$106 milhões, mais ou menos, de ICMS da Chrysler, menos 25% dos municípios, 80 e poucos por cento dirigidos na recuperação das nossas estradas, eu quero crer que tenham sido. Agora não sei, parece-me também que R\$80 milhões não bastam. Essa é a preocupação nossa aqui, é muito fácil, vai lá no município! Se eu for a Atalaia que recebo votos há 30 anos e me dizem Basílio, votamos em você há 30 anos, e não posso pôr o meu automóvel na estrada. Vou comprar um automóvel velho. O caminhão do meu vizinho fica em Mandaguaçu e não pode ir a Atalaia.

Eu quero dizer que o Estado está fazendo muito mais que isso.

Parece-me que falta prioridade nas coisas mais urgentes, mais importantes. É por isso que eu estou aqui não muito confortável. Preferia não estar, mas eu queria pedir, repito, aqui, ao deputado Durval Amaral, para o governo sensibilizar-se. Para isso, tem que estabelecer prioridade, e eu não vejo no Noroeste do Paraná outra coisa e eu não se o Estado tem outra coisa que exige a presença de recursos maciços, mais do que as estradas não pedagiadas.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Deputado Basílio, eu quero, em primeiro lugar solidarizar-me com V. Exa. nessa angústia. Eu conheço aquela região, fiz alguns votos e venho recentemente de uma visita de Itaguagé, Colorado, Paranacity e a sua cidade.

Quando foi feito o Funcor, aqui na Assembléia, a bancada do PT havia proposto uma emenda que ampliava a capacidade de arrecadação. Também, quando foi aqui aprovada a lei das concessões, permitia o governo fazer o seguinte discurso “vamos pedagogiar as estradas federais do Paraná, elas vão fazer alguns entroncamentos, alguns ramais e essa sobra de recursos orçamentários que antes nós investíamos, iremos investir no conserto dessas estradas.

Além disso, V. Exa. há trinta anos pede votos a uma determinada comunidade. V. Exa. tem sido fiel ao governo Jaime Lerner e, aqui, nesta Assembléia junto com você, eu sofri no momento que o governo lhe abandonou por um voto, de lhe enviar como representante desta Casa e representante da sua base para o Tribunal de Contas.

Eu sei que V. Exa não carrega essa mágoa, mas a mim cabe a oportunidade de manifestar esse descontentamento pela forma como o governador Jaime Lerner trata, inclusive, sua base, que é uma relação politicamente a

mais perversa possível, e a menos recomendável quando se precisa do voto.

Qual é a relação que tem que ser feita com um deputado que há trinta anos pede voto? Pelo menos arrumar o que é essencial, a infra-estrutura da região, porque o governo Jaime Lerner conseguiu fazer com que as pequenas cidades do Paraná fossem completamente abandonadas.

Vão virar Vila Rural completamente abandonada. As coisas estão viradas de “pernas pro ar”, na região de Itaguajé, Colorado, Paranacity. Tem região lá que andamos pelo acostamento, porque é mais seguro.

Tenho um requerimento nesse sentido e gostaria que V. Exa. subscrevesse o requerimento.

Queria me solidarizar com a angústia de V. Exa. Muito Obrigado!

#### O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Sobre o Tribunal de Contas foi um episódio político e assim entendi. E não há mágoa nenhuma. Nem com o governador, nem com as colegas que deixaram de votar em mim naquele momento. Sei do empenho de V. Exa. e sua bancada em me ajudar naquela oportunidade. Gratidão que manterei eternamente.

Vou conceder um aparte ao deputado Durval Amaral que é o político mais prejudicado no Estado, com esse estado de abandono, de descaso com aquela região.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado, deputado Basílio, que respeito e admiro, não só eu, mas todos os deputados desta Casa.

V. Exa. ao ocupar a tribuna neste momento, não faz uma crítica, com certeza, ao governo do Estado, mas é uma constatação. É trazer a esta Casa uma situação aflitiva por que possam alguns cidadãos do Paraná, principalmente da região Noroeste.

Quero fazer justiça, me somo ao seu pronunciamento, mas tenho que dizer: o Governo do Estado tomou uma decisão de recuperar a malha viária do Estado do Paraná. Grande parte dessa malha viária foi construída há mais de trinta anos.

A grande maioria dessas rodovias que hoje se encontram em estado bastante precário foram construídas no Governo de Jaime Canet Júnior. Passaram depois disso muitos governantes no Paraná e não se preocuparam em fazer a manutenção. O problema acabou emergindo com muito mais força no governo Jaime Lerner. Depois de muita cobrança da base de apoio do governo Jaime Lerner, de recuperar as rodovias não-pedagiadas no Estado do Paraná. Olha só, as rodovias pedagiadas no Estado do Paraná estão em boas condições, umas até em ótimas condições.

Recordo-me que costumeiramente viajo de carro para Londrina, para região Noroeste do Estado e chego na Serra do Cadeado. Ela está praticamente duplicada. Por onde passamos tem obras. Enfim, o pedágio colocado com muita insistência, como um mal, uma desgraça no

Estado do Paraná, acaba sendo elogiado. E ouvi, como V. Exa. já ouviu também, que as demais rodovias fossem pedagiadas.

O governo do Estado lançou, através de recursos da Chrysler, um amplo programa de recuperação de estradas no Estado do Paraná, das rodovias não-pedagiadas. Isso foi em outubro.

Para se recuperar uma estrada, fazer lama asfáltica, restauração e sinalização, tem que se ter projeto. Nós sabemos o quanto o DER, competente que sempre foi, tem deficiência até de material humano para produzir todos os projetos necessários.

Alguns meses foram necessários para que esses projetos fossem elaborados. No mês de dezembro, começaram as licitações. O edital foi lançado, a maioria deles em novembro ou dezembro: algumas propostas foram abertas no mês de dezembro.

Lembro-me que esse caso específico, que está na Folha do Paraná e na Folha de Londrina de hoje, a licitação que acompanhei, juntamente com o senhor, foi no dia 20 de dezembro. Nesse dia foi aberto o edital de licitação. Após a abertura do edital, o vencedor precisa, efetivamente, a homologação dessa licitação e a nossa lei é clara e diz que: “quem dá autorização para licitar tem que autorizar a homologação” e isso incumbe ao governador Jaime Lerner.

Na última quarta-feira, inclusive por sua insistência e dos deputados Braz Palma, Ricardo Maia, Edno, enfim, dos deputados que fazem voto na região, estivemos juntos cobrando a homologação dessa licitação. Então, ela foi homologada na última quarta-feira.

Tive a preocupação de ligar, ainda na quarta-feira passada, para a empresa que ganhou a licitação. Nem bem os conheço, mais diante da gravidade da situação, liguei para o empresário e pedi para que ele estivesse quinta-feira em Curitiba assinando o contrato para que essa obra pudesse ser imediatamente iniciada e efetivamente ele assinou o contrato na quinta-feira e a ordem de serviço se já não saiu, está saindo.

Mas, quero dizer, que infelizmente, no direito público existem critérios muito rigoroso que devem ser seguidos. Às vezes, desde a concepção de um projeto para se licitar uma obra, até o início efetivo da sua execução, demora quatro, cinco, seis meses.

Agora, o Governo do Estado está fazendo um programa de quatrocentos milhões de dólares para recuperar as rodovias não pedagiadas do Estado do Paraná. Por mais que eu, pessoalmente, - o senhor é muito testemunha disso, disse inclusive nesta tribuna, que eu, V. Exa., os deputados Braz Palma, Edno Guimarães, Ricardo Maia, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, enfim, os deputados da Base do Governo, que têm atuação eleitoral no Noroeste do Paraná, estão sendo os mais prejudicados.

Mas, tenho confiança absoluta no governo do Estado, porque todos esses editais de licitação que foram lançados, todas essas obras estão sendo contratadas e serão executadas. Então, é difícil, mas temos que esperar

e isso vai acontecer para nos dar tranqüilidade, para que a constatação que V. Exa., com toda sua experiência, declina, neste momento da tribuna, possa se transformar em asfalto, em estrada recuperada, em estrada pavimentada.

Tenho certeza, que eu, juntamente com os demais deputados e V. Exa., não seremos prejudicados. Muito pelo contrário. Seremos reconhecidos pela população do Noroeste do Estado do Paraná por estarmos lutando em defesa da recuperação e da pavimentação asfáltica de estradas executadas há mais de trinta anos e que nunca tiveram uma conservação à altura das necessidades dessas rodovias.

Para finalizar, ainda há três semanas atrás, V. Exa. tem conhecimento disso, sensibilizei o diretor do DER, o Paulinho Daumaz, pus ele num carro, andamos por um dia na região Noroeste do Paraná, fizemos setecentos quilômetros em um único dia, levei o diretor Paulinho para as rodovias que não havia previsão de licitação, que não havia previsão de melhorias e todas elas, o Diretor do DER, juntamente com o governador Jaime Lerner, autorizaram, não por minha iniciativa, mas por iniciativa de V. Exa. e dos deputados que têm atuação na região, a recuperação imediata, inclusive essas rodovias, como é o caso de Santa Inês, Santo Inácio, Itaguajé, que sequer estava previsto licitação.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Basílio, V. Exa. tem um minuto para concluir vosso pronunciamento.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO**

Queria dizer ao deputado Durval Amaral, que eu sei do trabalho que tem um líder do Governo, que o nosso companheiro de bancada tem desenvolvido, dedicado, falado, viajado, procurado convencer o governo do Estado nesse sentido.

Como já foi dito reiteradas vezes, o deputado Durval Amaral, tem lá representação da grande maioria daqueles municípios. Folgo em saber e ouvir de Sua Exa. agora, essas últimas deliberações, inclusive a de que cerca de 400 milhões de dólares serão investidos na rede viária do Estado, e eu acredito.

Mas, que a minha presença aqui, repito, até não muito simpática do ponto de vista partidário, não podia deixar de fazê-lo, mas para sensibilizar a pessoa do senhor governador, do secretário da Fazenda, no sentido que não falte dinheiro. Porque a Secretaria dos Transportes e o Diretor do DER, estão convictos disso, conhecedores melhores do que nós, como somos de uma região do Estado, mas que não lhes falte recursos senão não será possível.

Muito obrigado, pelo aparte esclarecedor e a preocupação que V. Exa. tem.

Para terminar, se V. Exa. permitir...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Basílio, parece-me que mais deputados solicitaram aparte e V. Exa. já utilizou quatro minutos e meio além do tempo dos trinta minutos utilizados.

Então, se V. Exa. pudesse concluir vosso pronunciamento, a Mesa agradeceria.

**O SR. BASÍLIO ZANUSSO**

Obrigado, agradeço a V. Exa. Peço desculpas aos deputados Neivo Beraldin e Edno, que solicitaram aparte, que o tempo não permite.

Muito obrigado.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero registrar com alegria, a presença dos vereadores Gilmar Egídio, Joás e o Gilmar, presidente da Câmara de Santana do Itararé.

Estão aqui presentes para honrar a Sessão no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado.

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL.

PPS, deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupamos nesta tarde o Horário da Liderança, porque eu confesso aos senhores, cada vez mais fico pasmo.

Fico pasmo, porque escuto, leio, vejo a mídia oficial, que diz que a arrecadação aumenta, que diz que o Governo nada em dinheiro, que diz que o Governo tem dinheiro para tudo, e não vejo nada! Vejo, escuto, servidores virem aqui reclamar como já têm reclamado em outros momentos, que hoje estão totalmente, desassistidos. Foram enganados por uma mídia governamental que dizia que em seguida seria implantado um plano que lhes daria assistência hospitalar.

Nem isso sequer aconteceu até hoje. Já cobrei desta tribuna por duas ou três vezes, e não temos nenhuma notícia.

Da mesma forma vejo agora, o deputado Basílio reclamando das estradas que tanto os outros deputados fizeram coro, e que em todas as regiões têm sido problema. Escuto também, da mesma forma, dizer que há muitos recursos para a segurança e vejo as reclamações acontecendo na área de segurança. Escuto, da mesma forma, que há recursos para tudo, mas não vejo acontecer o tudo.

Então, o que eu gostaria, senhores deputados, neste momento, de dizer que efetivamente temos que transformar esse discurso de que haverá recursos, de que os convênios serão assinados.

Ora, se tem dinheiro, porque dá abono e não dá aumento, e não faz e não manda para esta Casa o plano de

cargos e salários que os servidores públicos tanto pedem? Por que abono?

Um abono que é uma gratificação, que não incorpora, que não traz vantagem ao servidor, que apenas faz, neste momento, uma demagogia eleitoral. Se há dinheiro, por que não se recupera, não se implanta dinheiro no IPE que tantos bons serviços sempre prestou e poderá continuar prestando? Não! Prefere-se soluções como esta dos planos hospitalares, soluções eleitoreiras.

Se há dinheiro, por que é que não se faz, rapidamente, a recuperação das estradas do Paraná e apenas se fica falando que se vai fazer? Vai deixar para fazer na época da eleição? Então, na época da eleição pode e aí há recurso para tudo!

Ora, senhores, vamos ser coerentes! Eu tenho visto e ouvido e inclusive, em alguns momentos, escuto deputados governistas dizendo que agora, sim, agora o Estado está em boas mãos com relação as finanças públicas! Ora! Então por que não aprovamos os inúmeros pedidos de informação que chegam a esta Casa com relação à Copel, que é presidida pelo mesmo secretário de Finanças? Por que não aprovamos, por que todos nós não votamos, aprovamos e vamos descobrir aquilo que a própria base governista, em inúmeros momentos, veio a esta Casa denunciar que eram abusos, que por isso a Copel precisava ser vendida? Porque lá havia desmandos, porque lá havia problemas.

Ora! Eu canso de ver, por exemplo, o deputado Cartário defendendo a Polícia Militar, a Polícia Civil, então por que não se tomam atitudes? Por que não vem para esta Casa aquilo que os nossos policiais há tanto tempo, as mulheres dos policiais vêm a esta Casa em inúmeros momentos pleitear? Não! Transforma-se tudo em medidas eleitorais! É um abono para deixar o servidor público um pouco menos triste. Quem sabe R\$100,00. Veja! Vamos dar um abono, porque... mas é uma medida eleitoreira. Por que isso não é feito como um projeto, um projeto sério que efetivamente traga benefício?

Ora! Ah, mas daí o aposentado fica fora! Ah! O aposentado fica fora? Então quer dizer que ele é descartável? Enquanto ele serviu ao Estado do Paraná, enquanto serviu à população paranaense aí estava bom, agora já não serve mais...

Então, confesso aos senhores, que começamos a ver uma série de medidas paliativas sendo tomadas, cada momento se toma uma medida, se faz um "acordinho" aqui, um acordo ali, vamos contemporizar. Ora! Eu acho que há a necessidade de, efetivamente, discutirmos as coisas, mas de uma forma muito mais profunda. Chega de medidas eleitoreiras apenas, porque vamos nos aproximando das eleições, então vamos deixar todo mundo fingindo que as coisas estão bem. Não!

As coisas não estão bem e prova disso é, inclusive, o que eu acabei de escutar do nosso nobre deputado, a quem eu tenho uma admiração muito grande, porque há muitos anos sou seu colega, seu amigo, Basílio Zanusso, que diz que ele sente-se confortável de ter que cobrar e

acho que o Paraná inteiro sente-se desconfortável de ver apenas medidas paliativas sendo tomadas.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente e senhores deputados.

O deputado Basílio Zanusso usou a tribuna, quem merece o nosso respeito, e o deputado líder do Governo, Durval Amaral, o aparteia falando bem do pedágio. Acho que o pedágio pode ser uma virtude, desde que tivesse um preço compatível com a nossa realidade. O deputado Durval Amaral disse que o governo está com o dinheiro e vai investir. Eu fiz parte do governo Álvaro Dias e ele investiu, na época, no seu mandato, 1 bilhão e 100 milhões de dólares em construção de estradas. Em todos os meses, eram gastos três a cinco milhões de dólares na recuperação de rodovias. Existia um projeto para a construção de novas estradas e também existia essa despesa mensal para manter a nossa malha rodoviária.

Gostaria de saber quando Lerner encerrar o seu governo, quanto é que ele gastou em rodovia. Dizem que o governo tem dinheiro e que está gastando muito em investimentos. Em 1998 ele fez um acordo de ajuste fiscal com o governo federal, junto ao Banco Central. E no ajuste ele assinou uma intervenção já de 1998, que ele não pode gastar mais de 9% do que ele arrecada em investimentos. Em 2001 o governo gastou 7% do que arrecadou em investimentos. Senão vejamos, nos dois primeiros quadrimestres o governador Lerner, que veio aqui oficialmente a esta Casa, disse que gastou 240 milhões de reais em investimentos.

Logo podemos dizer, mais 120 milhões será possível realizar no terceiro quadrimestre, chegaríamos então a 340 milhões de investimentos.

**O Sr. Durval Amaral**

Deputado Neivo, me concede um aparte?

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Concedo.

**O Sr. Durval Amaral**

Muito obrigado!

Deputado Neivo, eu recordo bem que eu fiz uma comparação e uma constatação que já ouvi e certamente outros deputados já ouviram com referência ao pedágio, elogiando efetivamente o que está sendo feito em algumas regiões do Estado, principalmente com relação à Serra do Cadeado, enfim, vários trechos. E quero até parabenizar V. Exa., deputado atuante que é, por ter sido o autor da Lei das Concessões, que permitiu ao Estado do Paraná dar em concessão as rodovias que hoje estão pedagiadas.

Então quero aproveitar e cumprimentar, me somar a V. Exa., porque realmente o senhor teve uma grande iniciativa. E eu tenho a certeza que o senhor sempre defenderá o seu princípio que se transformou em lei aqui nesta Casa.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. também é muito experiente e inteligente, sabe que esta Casa não tem competência para celebrar contrato com quem quer que seja. V. Exa. sabe que esta Casa faz leis e fiscaliza o Executivo. Então, evidentemente que a Lei das Concessões é uma reedição da lei federal e que possibilitou, por exemplo, a parceria no corredor de exportação do Porto de Paranaguá. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Outro ponto que eu gostaria de esclarecer ao líder do Governo. O Governo está prevendo, está no Orçamento de 2001, 332 milhões de reais para o Fundo de Saúde. Sabem quanto o Governo mandou para a conta 00 do Governo do Estado para gastar em outra situação? 328 milhões de reais! Ele investiu no Fundo de Saúde 1,8 daquilo que estava orçado. Não foi nenhum deputado, que é deputado do governador, que foi fazer a pergunta ao secretário da Fazenda, no plenarinho, semana passada. Acho que esta Casa tem que conhecer o contrato de ajuste fiscal da intervenção do Governo Federal, já desde 1998, ao Estado do Paraná, quando impõe rigor nas despesas e controle. O Governo do Paraná está sob o controle do Banco Central. Agora, retira dinheiro de rubrica para a segurança pública, para a saúde e põe na conta 00. E aí gasta no que quer gastar. Mas, na ponta, o cidadão não tem saúde, o cidadão não tem segurança pública, o cidadão sente na pele, que está sentindo, seja no Sul, no Oeste, no Sudoeste.

E na verdade, em dezembro esse dinheiro da Chrysler ajudou a pagar o décimo terceiro. Não fosse ele e mais a antecipação de 70 milhões da Copel em ICMS antecipado, não teria o governo cumprido a sua responsabilidade. O resto é aquela divulgação paga com o dinheiro do povo do Paraná que o governo mentirosamente vai à tribuna, vai à televisão e diz que tem caixa, que o Estado está regularizado, quando não está.

Então, senhores deputados, a questão da responsabilidade junto ao governo central está evidente, está escrito, ele não pode gastar mais de 9% do que arrecada em investimentos, desde 98. É isto.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: PT, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo.

(Declinam)

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero fazer um apelo à Liderança do Governo no sentido de que se solucione o mais depressa possível a regulamentação de um projeto de lei de minha

autoria, sancionado no dia 11 de janeiro pelo governador Jaime Lerner no Diário Oficial, no dia 14 de janeiro, portanto, já se completam praticamente 60 dias, e infelizmente o governo até hoje não regulamentou. É o projeto que proíbe a distribuição, fornecimento, oferta e comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis, postos de gasolina. É uma lei que foi muito bem recebida pela população diante dos abusos, dos fatos que vinham ocorrendo no interior de estacionamentos de postos de gasolina.

E o que acontece? Foi bastante divulgado pela imprensa, as lojas de conveniência continuam mantendo os estoques e vendendo a bebida alcoólica, colocando mesinhas com cadeiras no pátio do posto e ocorrendo reuniões à noite e de madrugada. A população aceitou de bom grado o projeto de lei, só que a esta altura dos acontecimentos eu fico feito uma pessoa que fez uma lei, mas a lei não está valendo. Está publicada, sancionada, mas o governador ainda não regulamentou.

A lei é tão simples, senhor presidente, que apenas um artigo tem que regulamentar, o artigo 2º, que fala da multa e da suspensão. O governo que diga quanto vai valer a multa pela não obediência da lei.

Somente isto, coisa simples. Sessenta dias e ainda não foi regulamentado.

Peço apoio da Liderança do Governo.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, com apoio dos deputados Algaci Tulio, Eli Ghellere, Fernando Guimarães, Luiz Carlos Zuk e demais deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos deputados.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 431, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Retirado pelo autor.**

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu pediria aos deputados da Oposição, que encaminhem contrário o requerimento do deputado Durval Amaral, porque vejo que à Ordem do Dia não consta, de acordo com o entendimento feito com o presidente Hermas Brandão, que o projeto de minha autoria, que concede o abono de R\$100,00 aos funcionários do Poder Legislativo, entraria em discussão junto com os projetos do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e do Poder Executivo. Isso não se configura na Ordem do Dia.

Acho que pedir a inversão da Ordem do Dia, dar preferência aos projetos do Executivo e do Tribunal de Justiça e deixar o projeto, que concede o abono de R\$100,00, aos nossos funcionários, colegas que trabalham 24 horas por dia, conosco, acho que é uma falta de educação, em primeiro lugar. Em segundo lugar, uma falta de igualdade aos nossos companheiros.

Nós, que gerimos esta Casa, fazemos com que as mensagens dos projetos sejam votadas, para o interesse da população paranaense, muitas vezes contrários aos nossos interesses políticos. Mas, agora, neste momento, faço um apelo ao deputado Durval Amaral e da bancada de apoio ao governo, que pense ou resolva.

Aqui o Plenário é transformado em Comissão Geral, quando é para atender o governador, para dar recurso para o governo e para atender as reivindicações do Estado. Nós concordamos, apesar de acharmos imoral a transformação do Plenário, em Comissão Geral.

Faz-se duas, três Sessões Extraordinárias, atropelando os interregnos de tempo - nós concordamos para atender o Estado, o governo, a bancada da Situação.

Nesta hora, deixarmos os nossos funcionários, do garçom às taquígrafas, o homem do som, os jornalistas, aqui, relegados mais uma vez a R\$100,00, é uma vergonha, é uma miséria! Não dão aos inativos, aos aposentados e aos celetistas, aos nossos companheiros, funcionários, desde o porteiro da Assembléia Legislativa, que trabalham aqui!

No episódio da Copel trabalharam 74 horas - contra a polícia armada, com cães farejadores, contra a ditadura militar imposta, aqui no nosso Parlamento.

Acho que, agora, senhor Durval Amaral, companheiros da Assembléia, se existe tempo, vamos retirar esse projeto. Votamos em uma Sessão Extraordinária daqui a meia hora, uma hora, à noite, amanhã, sexta, sábado, domingo. Mas não vamos passar para trás os nossos funcionários.

Apelo ao sentimento, ao caráter e a vergonha de cada deputado. Você não pode, amanhã, cumprimentar um funcionário e dizer: "eu te neguei R\$100,00". Eu gostaria que houvesse uma reação dos funcionários. Chega! Basta! Chega de mentir e de enganar! Vamos jogar juntos, mas em favor de todos! E não preterir os nossos colegas, funcionários da Assembléia!

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, o deputado Anibelli, tenho certeza, fala em nome de todos nós, os deputados desta Casa, que defendemos para os servidores do Poder Legislativo também essa gratificação de R\$100,00. Tenho certeza, que o seu pronunciamento e o de todos os parlamentares convergem para a mesma direção: se o Executivo pode dar R\$100,00 de gratificação, se o Judiciário pode dar R\$100,00 de gratificação, sem dúvida alguma, o Poder Legislativo também pode! Não podemos efetivamente misturar as situações.

O brilhante deputado Anibelli fez um projeto, acredito, de resolução, propondo R\$100,00 de gratificação. O presidente da Casa, dentro da sua discricionariedade, não incluiu, pelo que nos consta, na Ordem do Dia neste momento.

Eu gostaria de fazer um apelo ao deputado Antonio Anibelli, se V. Exa. e os deputados concordarem, porque não é um assunto para polemizar, é um assunto para nos somarmos todos nós aos servidores públicos do Estado do Paraná, que a gente votasse essa inversão na Ordem do Dia. Se não houver o entendimento na inversão, nós votamos a Ordem do Dia como ela está, não há problema algum.

Mas queria fazer um apelo e até sugerir, se me permite uma sugestão, porque o senhor é um deputado extremamente experiente, que quando o projeto voltar em 2ª votação, se por ventura o seu projeto não estiver incluído na Ordem do Dia, eu quero ser, não digo subscritor porque esse é um mérito que V. Exa. tem, mas quero ser pelo menos o apoiador dessa idéia. O senhor apresente, em forma de emenda, que aí não haverá como isso não ser votado na Assembléia Legislativa.

Tenho certeza que não só os deputados de Oposição, mas os de Situação também convergirão todos para uma mesma causa, que é uma causa comum: 100 reais para um servidor que ganha 5, 6.000 reais talvez não diga nada, mas para quem ganha 200, 300, 400 reais, pode significar 50% ou mais de aumento salarial.

Então, o senhor tem razão de ficar nervoso, mas os servidores públicos do Estado do Paraná merecem o nosso apoio, como também merecem os da Assembléia Legislativa.

Somo-me a V. Exa., se o senhor concordar em votarmos a inversão na Ordem do Dia, votamos, senão, retiro o requerimento. Não precisamos polemizar em cima disso, porque o servidor público da Assembléia Legislativa e também do Poder Executivo, tenho certeza, todos eles desejam esses 100 reais de gratificação.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

Vou aceitar a subscrição do deputado Durval Amaral, e não só de V. Exa., de todos os 54 deputados. O projeto não é meu, eu propus, mas é da Casa, é de todos os deputados, porque eu não queria, alguém tinha que ser o autor, eu, como membro da Comissão Executiva me pro-

pus, para que aqui não chegássemos, nesta hora, neste dia e nada tivesse sido feito.

Concordo e orgulho-me que V. Exa. ponha a sua assinatura como forma de emenda, já que a Comissão Executiva - e aqui falo em meu nome, não fui chamado a opinar nesse projeto, e que nós, de iniciativa de todos os deputados aqui presentes, incorporem no projeto do Executivo, para que seja votado *pari passu* neste instante.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Deputado Antonio Anibelli, tenho muito respeito por V. Exa. e a toda tradição da Casa e ao deputado Durval Amaral, mas com certeza a proposta do deputado Durval Amaral é equivocada, não diria tendenciosa, mas é equivocada, porque a questão de ajustes salariais da Assembléia Legislativa é competência deste Poder e através de projetos de resolução. Se emendarmos o projeto do governo, primeiro que o Jaime pode vetar e segundo que não é competência do governador definir esses aumentos, então não cabe a sugestão do deputado de emendarmos o projeto do governador.

Está certo V. Exa. de continuar exigindo que venha para a Ordem do Dia o seu projeto, que trata do abono de 100 reais para os funcionários, e seria até oportuno e entendi isso de V. Exa., até já estava a caminho do meu gabinete, que nós pudéssemos bloquear a Sessão, não permitir a votação de nenhum abono enquanto não viesse o abono dos funcionários da Assembléia.

Foi isso que eu entendi de V. Exa..

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Presidência esclarece que a questão de ordem do deputado Pessuti quanto à possibilidade de fazer a Emenda realmente procede. Diz aqui e passo a ler: "parágrafo 1º, item 2, da Comissão Executiva: compete à Comissão Executiva dispor sobre criação, transformação ou extinção dos seus serviços e da administração indireta sobre a sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, procede a questão de ordem do deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado Augustinho Zucchi, tenho certeza absoluta que o deputado Durval Amaral sinalizou o apoio da Liderança do Governo e dos deputados de Oposição à concessão do auxílio de 100 reais para os funcionários do Poder Legislativo.

O deputado Pessuti colocou bem, V. Exa. acabou arrematando na Mesa, com a leitura do artigo.

Se nós fizermos emenda, deputado Anibelli, no projeto do Executivo, vamos acabar criando um constrangimento para o Executivo, que vai ter que vetar. Temos que achar outra saída.

Essa outra saída, daí, sim, eu fico com os deputados Anibelli e Durval, é nós votarmos simultaneamente o

projeto de resolução da Assembléia Legislativa na concessão do abono aos nossos funcionários.

A Assembléia é pródiga sempre em votar os projetos dos outros Poderes e não vota os benefícios dos nossos servidores que estão aí. Data vênica, senhores, muita gente fala que aqui é uma Casa de marajás. Nós temos funcionários aqui ganhando 200 reais por mês! Isso não pode continuar sendo assim.

Então, acho que deveríamos pensar como votar esses projetos; sem dúvida tem o nosso apoio desse abono para os funcionários, tanto do Executivo, como do Judiciário, embora não seja essa a nossa causa.

A nossa causa é um plano de cargos e salários e um ajuste dentro do salário, para não começar a criar penduricalhos nos salários dos servidores.

Agora, se votar para os dois Poderes, vamos votar para o Legislativo também, porque senão é uma injustiça.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu ia fazer a mesma abordagem feita pelo deputado Orlando Pessuti, da irregularidade na feitura da Emenda, em relação à proposta feita pelo líder do Governo, Durval Amaral.

Um Poder não pode interferir num outro, especialmente na questão salarial, mas faço aqui uma proposta aos deputados, deputado Antonio Anibelli e deputado Durval Amaral, para que nós votemos hoje a constitucionalidade da matéria.

Amanhã todos vamos entrar com emendas.

Vou entrar com uma emenda para que também atinja os inativos. Por que não? Por que a diferenciação com quem está na ativa e com quem não está na ativa? Será que quem se aposentou não tem mais valor nenhum?

Então, a proposta que faço a V. Exa. e ao deputado Durval Amaral, para que nós votemos hoje, pela constitucionalidade, não tem por que razão de não se votar hoje.

Amanhã ele vem para a 2ª discussão e volta à CCJ, para serem analisadas as emendas, aí já se inclui na Ordem do Dia o projeto do Legislativo.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo mais Questão de Ordem a decidir, solicito ao deputado Durval Amaral, se há algum entendimento com relação ao encaminhamento.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Quer me parecer que sim, senhor presidente.

Estamos pensando na seguinte solução, acordado aqui com o deputado Antonio Anibelli: poderíamos votar em primeira votação os projetos do Executivo e do Judiciário, e vamos aprovar um requerimento, conjuntamente aprovado por todos os deputados desta Casa, requerendo à Presidência, à Mesa Executiva a inclusão na Sessão

Extraordinária da seqüência ou na Sessão de amanhã, deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Não tem dado quórum nas quintas-feiras, daí não dá.

O SR. DURVAL AMARAL

Se V. Exa. determinar a inclusão na Sessão Extraordinária, nós aprovamos o requerimento.

O SR. RICARDO CHAB

Solicito aos nobres pares apenas um minutinho, para que eu possa conversar com o deputado Hermas Brandão, o nosso presidente, para ver se podemos colocar na Sessão Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Conversei com o deputado Hermas Brandão, ele acha que é difícil colocar na Ordem do Dia amanhã, porque não tem parecer das Comissões, mas assumi um compromisso, se assim for do entendimento dos deputados, de colocar na Ordem do Dia de segunda-feira, e votar conjuntamente em Sessão Extraordinária já em 2ª votação, esses dois projetos ou o projeto de resolução do deputado Antonio Anibelli.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Chab, pela ordem.

O SR. RICARDO CHAB

Eu faria uma indagação. Ouvi um parlamentar dizendo que pode ser feito através de um projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas é projeto de resolução.

O SR. RICARDO CHAB

Então, por que não incluímos já? Não podemos transformar o Plenário em Comissão? Se há que se ter vontade, vamos ter vontade! Há remédio para isso! Indago a Mesa nesse sentido. Poderíamos transformar o Plenário em Comissão Geral.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Não sei se o deputado Hermas Brandão está na linha ainda, mas se estiver, deputado Augustinho Zucchi, eu pediria que V. Exa. consultasse e que colocasse na Ordem do Dia de amanhã o projeto de minha autoria que concede vale-refeição aos funcionários da Assembléia Legislativa que, infelizmente, não vem à Ordem do Dia, apesar de várias solicitações que fizemos à Mesa Executiva.

Há mais de seis meses nós apresentamos o projeto e ele não entra na Ordem do Dia.

Gostaríamos que fosse incluído na Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de sugerir aos senhores deputados que fossem retirados da Ordem do Dia todos os projetos e que todos fossem votados na segunda-feira. Assim, teríamos uma resolução definitiva.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Parece-me que é uma questão de bom senso.

O presidente Hermas Brandão nos afirmou que, na segunda-feira, vai para a pauta o projeto do deputado Antonio Anibelli, que é um projeto de resolução, que precisa parecer apenas da Mesa Executiva, e até respondendo à Questão de Ordem do deputado Ricardo Chab, e que os projetos só serão votados em 2ª discussão - esses dois que estão na pauta - juntamente com o projeto de resolução do deputado Anibelli.

Então, por uma questão de bom senso, solicito ao deputado Durval Amaral que retire o requerimento e passemos à votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu retiro, senhor presidente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. não respondeu à minha Questão de Ordem. O meu projeto também entraria na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Posso levar isso ao presidente Hermas Brandão, que vai determinar a pauta de segunda-feira, deputado Cezar Silvestri. Possivelmente, se tiver parecer, acho que o deputado Hermas Brandão também o colocará em pauta.

O SR. CEZAR SILVESTRI

E se não tiver parecer?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Aí tem que tramitar normalmente na Casa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas o projeto do deputado Anibelli também...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas é um projeto de resolução...

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas o meu também é projeto de resolução!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Então eu me proponho, depois da Sessão, ir ao presidente Hermas Brandão para que possa colocar o seu projeto em votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral. Creditamento de pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residem, se inativos, ou prestam serviços, se ativos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 443/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que trata do “creditamento de pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residem, se inativos, ou prestam serviços, se ativos”.

O deputado Caíto Quintana apresentou emenda aditiva ao projeto, incluindo parágrafo 3º que institui que “fica facultado às Prefeituras Municipais efetuar movimentações financeiras no Sistema Integrado de Crédito Cooperativo - Sicredi, nos municípios onde não exista agências ou postos de atendimento bancário de bancos oficiais”.

Sob o aspecto constitucional e legal, a emenda encontra condições favoráveis de ser apreciada pelo Plenário da Casa.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Ademar Traiano, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Duílio Genari, Orlando Pessuti, Carlos Simões e 01 ilegível.

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida, com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.

**Aprovada a emenda.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/20002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Maria Cazetta, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Ney Amintas de Barros Braga, do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, do município de Mamborê, no Estado do Paraná, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da região de Londrina - APOL, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Atenção à Dependência de Álcool e Drogas, com sede e foro no município de Jaguariáva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhora de Rotarianos de Laranjeiras do Sul com sede e foro na mesma municipalidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, o CTG - Centro de Tradições Gaúchas Estância Velha da Tradição, do município de São José dos Pinhais, com sede e foro na Comarca de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, ceder em Comodato, por prazo indeterminado, imóvel situado no local denominado Canal da Draga, município de Pontal do Paraná, ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 422, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que o mesmo possa ser apreciado pela Comissão de Obras. **Deferido.**

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre o repasse de Verbas de Assistência Social e Subvenção Social aos municípios, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CF E CDHC. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/99, de 17.03.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 106/99

#### P A R E C E R :

##### Do Projeto

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, dispõe sobre o repasse de Assistência Social e Subvenção Social aos municípios, conforme especifica;

##### Da Análise do Parecer:

Procedendo à análise da matéria, cujo cerne é a vedação de repasse de recursos financeiros aos municípios que ainda não implantaram o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes e Conselho Tutelar, verificamos que o projeto de lei em questão fere atribuições do Chefe do Poder Executivo Estadual, verificamos no artigo 87 da Constituição Estadual, e do Decreto nº 495 de 08 de março de 1995, artigo 8º:

“Art. 8º - É de competência do governador do Estado autorizar a transferência de recursos a municípios e a concessão de auxílios ou de pagamentos de subvenção social e instituições privadas”.

Diante do exposto, somos de parecer contrário ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 106/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Irineu Colombo, dispõe sobre o repasse de verbas de assistência social e subvenção social aos municípios, conforme especifica.

A referida proposição objetiva incentivar os municípios a constituírem seus Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como, os Conselhos Tutelares, vinculando repasse das verbas de assistência social e subvenção social, à constituição e efetivo funcionamento de tais Conselhos.

Tal vinculação se apresenta como medida eficaz para pressionar aqueles municípios que ainda não se convenceram da importância desses Conselhos, exigidos pela Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Ademais, à vinculação do repasse de recursos aos municípios, há exigências de ordem social, (criação de conselhos e organizações), é prática amplamente adotada

pelo governo federal, e que tem produzido importantes resultados.

Isto posto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 106/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Irineu Colombo, tem como objetivo forçar os municípios a constituírem Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, sob pena de, se assim não o fizerem, não terem suas verbas de assistência social repassadas.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania entende que é vital para a proteção do cidadão a existência de organismos próximos a ele.

Apesar da lei maior, muitos administradores municipais - por desconhecimento ou negligência - não estimulam a criação de tais Conselhos.

Talvez, ao não obterem o repasse de verbas sociais, os prefeitos acordem e implantem tão importantes Conselhos.

Nosso, parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.2001.

(a) RENATO GAÚCHO - Presidente e Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatória a notificação aos médicos de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS - do resultado de exame que comprovem a existência de doenças que acarrete risco de vida para o paciente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP e CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 348/2001

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, torna obrigatória a notificação aos médicos de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, do resultado de exame que comprove a existência de doenças que acarrete risco de vida para o paciente.

Observada a competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 348/2001.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 348/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, torna obrigatória a notificação aos médicos de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS -, do resultado de exame que comprove a existência de doenças que acarrete risco de vida para o paciente.

Observada a competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 348/2001.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 348/2001

P A R E C E R :

O Projeto em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem como objetivo básico agilizar a informação sobre a gravidade do estado de saúde de paciente submetido a exames laboratoriais.

A intenção do deputado em tornar obrigatória a rotina da informação é louvável, vez que, com esse procedimento, ações clínicas podem ser tomadas em tempo hábil.

Observadas as questões éticas pertinentes, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.12.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente e Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva, fica instituído o Dia do Sindicalista que será comemorado no dia 30 de abril de cada ano. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 411/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Custódio da Silva, tem por objetivo instituir o Dia do Sindicalista, que será comemorado no dia 30 de abril de cada ano.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 427, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 411/2001.

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel situado no município de Terra Rica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CTIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 156/2001, de 24.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 554/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, propõe ao Executivo ceder em regime de comodato, imóvel localizado no município de Terra Rica, conforme estabelece o projeto, para instalação de um órgão da administração municipal.

Tal iniciativa encontra-se revestida de legalidade em função da destinação pretendida.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 554/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo ceder, em comodato, imóvel situado no município de Terra Rica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação. Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.02.2002.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2002, que concede ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 31/2002

P A R E C E R :

O projeto em exame, com origem na Mensagem do Governo, 03/2002, autoriza o Poder Executivo a conceder gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais) aos funcionários públicos integrantes do Quadro Geral do Estado.

Porque compatível com a ordem jurídica, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 25.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 031/2002

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 031/2002, de autoria do Poder Executivo, o qual visa conceder aos funcionários públicos efetivos do Quadro Geral do Estado, gratificação especial por assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais) mensais, concluímos nada haver que impeça sua normal tramitação neste Poder.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
NEIVO BERARDIN - Relator

**Em votação.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, depois de tanta discussão chegamos a um consenso. Só que faço um apelo a V. Exa. em respeito aos funcionários da Casa. Concordamos em votar em primeira discussão os itens, 14 e 15, desde que na Sessão de segunda-feira o nosso projeto de resolução esteja na Sessão número um, na Sessão Ordinária. E conversei com o deputado Durval Amaral para que os Projetos 14 e 15, entrem numa Sessão Extraordinária na segunda-feira junto com o projeto de nossa autoria e dos deputados da Assembléia, projeto de resolução, para que na Sessão Ordinária de segunda-feira os três estejam para ser votados em 2ª discussão. Esse é o acordo.

E quero parabenizar os deputados da Situação e da Oposição por chegarem a um consenso. Não iríamos prejudicar o Judiciário e nem o Executivo contra os funcionários da Assembléia e em favor dos funcionários. Porém, a recíproca é verdadeira. Jamais poderemos prejudicar os funcionários da Assembléia em favor dos funcionários do Executivo e do Judiciário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A determinação da Ordem do Dia, obviamente é prerrogativa do presidente. Conforme entendimento que

aqui houve, nós levaremos esse entendimento ao presidente Hermas Brandão.

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2002, de autoria do Tribunal de Justiça, que solicita autorização para conceder gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais), aos servidores efetivos dos Quadros do Poder Judiciário. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2002, de 26/02/2002-Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 068/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa dispor sobre gratificação especial de R\$100,00 (cem reais) aos servidores deste Poder.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 068/2002

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 068/2002, de autoria do Tribunal de Justiça, o qual dispõe sobre gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais) mensais, aos servidores efetivos dos Quadros do Poder Judiciário, concluímos nada haver que impeça sua normal tramitação neste Poder.

Apresentamos portanto, parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
NEIVO BERARDIN - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 358, 398 e 433 a 436, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 359 a 363, 393 a 396, 409, 410 e 423, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 392 e 421, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).**

Requerimento nº 364, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 365 a 367, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 368, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 370, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 371, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 372, 381, 389 a 391, 418 e 419, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 374 a 376, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 378 a 380 e 428, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 382, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 384, 385 e 406, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 386, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 401, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 402, de autoria do deputado Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 403 e 429, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 404, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 405, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 408, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 414, de autoria do deputado Edson Praczyk, com apoio dos deputados Chico Noroeste e Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 416, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 417, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 420, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 424, de autoria do deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 432 e 437, de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 357, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, talvez eu até tenha cometido o equívoco, porque estava ao telefone, mas suplico a V. Exa. para que o teor do requerimento seja novamente lido. Foi falha minha. Eu estava ao telefone e não consegui...

Se o senhor puder repetir, agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atendendo a vossa solicitação, solicito ao 1º Secretário, deputado Divanir Braz Palma para que faça a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)  
(**Lê requerimento do deputado Luiz Carlos Zuk**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Dezessete senhores deputados aprovam; Dezenove senhores deputados rejeitam. Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 373, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Verificação de votação.

16 deputados votam a favor da aprovação;

19 deputados votam contrários.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 415, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 326 de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

19 deputados favoráveis.

Os deputados que votam contrário ao requerimento, queiram levantar-se

18 deputados contrários.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 327, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Os deputados favoráveis queiram levantar-se.

16 deputados favoráveis.

Os deputados contrários, por favor, se manifestem.

18 deputados contrários.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 328, de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Chamada nominal, senhor presidente.

Sabe por quê? Fiquei em dúvida, aqui, pois me perguntaram se o deputado Ricardo Chab está no Plenário e fiquei procurando. Então gostaria que V. Exa., concordando com o nosso apelo, pudesse ficar dirimindo dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º secretário, que faça a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

(**Procede à chamada nominal dos deputados**).

37 deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há quórum para deliberação.

Em votação o requerimento.

Os deputados favoráveis ao requerimento dos deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri, que requerem informação sobre os valores gastos em propaganda, rádio, televisão, jornais e outros meios de comunicação, para divulgar e defender o processo de privatização da Copel.

Em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede à verificação.

Os deputados favoráveis queiram levantar-se.

Dezenove deputados aprovam.

É o que me diz o 1º Secretário e vou respeitar a sua contagem.

Os deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se. Dezenove deputados.

Portanto, a Presidência passa a decidir. **Está aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 331, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, eu gostaria que fosse lido o inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Solicito ao 1º secretário que leia o inteiro teor do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

(**Lê requerimento**)

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Para encaminhar o requerimento, deputado Neivo Beraldin.

Antes, porém deputado Neivo, se V. Exa. me permite, está havendo aqui uma discussão de quantos deputados tinha. Olha, é critério, pelo menos toda a vez que presidi a Sessão, e me pautando inclusive nos demais que presidem a Sessão aqui, nós ouvimos a contagem do 1º secretário.

O deputado Divanir Braz Palma, como 1º secretário, contou 19 votos a favor da aprovação do requerimento e 19 votos contrários à aprovação do requerimento e coube, regimentalmente, o voto do presidente. Então, apenas para esclarecer.

Com a palavra, V. Exa. para encaminhar a votação.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente e senhores deputados:

Subo à tribuna para encaminhar o requerimento e ao mesmo tempo fazer uma reflexão com os senhores deputados da Oposição e da Situação.

Nós temos aqui 26 deputados que votam constantemente contra o governo e querem as informações do governo. Requerimentos que buscam as informações do governo, requerimentos que sempre buscam as informações, sobretudo de indícios fortes de falcaturas; isso está evidenciado.

Os deputados da Oposição pedem, por exemplo, informações de quanto foi gasto em publicidade, isso que é mais lógico do que o Parlamento pedir ao Executivo que informe quanto gastou na publicidade da Copel. É lógico que interessa à população. Ocorre que do lado de lá, estão os deputados do governador, não são os deputados que representam, neste momento, o povo. Representam o interesse do governador porque não querem que as verdades transpareçam.

Então, como a Bancada Governista raramente aparece aqui e só aparece quando é para recusar os requerimentos da Oposição, está evidenciado uma coisa: se a Oposição, organizadamente, estabelecer uma agenda mínima moral, agenda de moralidade, ou qual seja; que o governo não se recuse a aprovar requerimentos de transparência dos atos públicos, porque o governo tem teoricamente 30 deputados a seu favor, ou 29, só que quase nunca eles estão aqui, e quando estão, estão em número muito inferior, 20, 22, e a Oposição dá quórum para aprovar os projetos de lei que interessam ao governo.

Então, estamos diante de um impasse que evidentemente se fizermos o jogo, o combinado da agenda mínima moral, e estabelecermos uma negociação com a Base Governista, nós poderíamos ter talvez melhores resultados, porque o que não pode é o governo ver aprovado os Projetos de seu interesse com a Bancada de Oposição. E quando a Oposição quer aprovar algo que lhe interessa, que interessa à sua Bancada, a Base do Governo se retira, como aconteceu neste instante.

Então, eu gostaria de pedir a reflexão dos senhores deputados para que possamos estabelecer uma negociação, a Bancada de Oposição fica no plenário, desde que a Bancada de Situação não se negue a fornecer as informações de cunho ético e moral, porque esta Casa aprovou em 19 de junho de 2001 um requerimento pedindo quanto dinheiro foi para as quatro agências de publicidade e propaganda e, ao mesmo tempo, para quem essas agências remeteram os mais de quinhentos milhões de reais, querem, mais lógico que isso? O Poder Executivo remete quinhentos milhões de reais para quatro agências de publicidade e propaganda, e elas se negam a dizer para o Legislativo para quem elas remeteram esse dinheiro, se foi para o Jornal do Estado de São Paulo, se foi para a Folha de São Paulo, se foi para o jornal do Brasil, ou O Globo, onde foi parar esse dinheiro!

Quem foram os beneficiados? O governo se nega a responder. Por isso, o nosso Regimento Interno dá prerrogativas ao presidente da Casa que represente em nome do Parlamentar junto à Justiça, caso o Poder Executivo não responda. Eu vou aguardar até segunda-feira. Venho dizendo isso há muito tempo: senhores a Assembléia tem que ser respondida! Ocorre que não há uma posição firme.

Aí, então, não acontecendo até segunda, vou consultar a minha assessoria jurídica se como autor do requerimento posso representar junto à Justiça do Paraná, para que o governo repasse essas informações, conforme determina a nossa Constituição, porque dizem alguns que a nossa Constituição determina que Secretário de Estado tem trinta dias para responder e outros dizem que na Constituição não está claro se o governo é ou não é obrigado a isto.

Ora, se o cargo menor é obrigado, evidentemente, que o governador não é dono absoluto do dinheiro público. Por isso existe o Poder Legislativo que é o mediador representante da população e o governo evidentemente vem usando do expediente menos recomendável para omitir nas suas prestações de conta, o governo vem utilizando expediente que agride a opinião pública brasileira quando não apresenta a conta que administra o dinheiro do Fundef, deputado Traiano, que representa solitariamente a liderança do governo neste momento.

Qual é a conta que o governo do Estado tem para administrar os 600 milhões de reais/ano, do Fundef? Qual é a conta?

Com a palavra a liderança do governo, com a palavra o Tribunal de Contas, com a palavra o Ministério Público, porque o dinheiro vem para a conta 009, do Banco do Brasil e aí vai direto para a conta do governo do Estado, enquanto os prefeitos têm que ter conta específica e pagam um alto preço, enquanto os pequenos municípios estão sendo fiscalizados com rigor, o governo do Estado não tem conta para administrar o dinheiro do Fundef que é o mais importante dos recursos porque cuida do ensino fundamental.

De outro lado, senhor presidente, não posso deixar de trazer a público o desvio de dinheiro dos fundos previstos no Orçamento do Estado para outras finalidades.

Deputado Pessuti, nós temos que discutir, discutir porque temos atenção do único deputado do governo que é o deputado Traiano. Ele que nos informe por gentileza antes que o Ministério Público atue, qual a conta que o governo do Estado administra os recursos do Fundef?

Por gentileza, deputado Traiano, é em nome da transparência, e olha que o governo declarou na sua prestação de contas que deve 150 milhões de reais ao Fundef. Olha bem, declarou dívida ao Fundef! A Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado Traiano, determina que o governo deve ter conta específica para administrar o dinheiro do ensino fundamental e o governo não tem.

Eu solicito, então, que V. Exa. torne público esta conta, fazendo a gentileza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Coloco em votação o requerimento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a contagem.

(Pausa)

Doze deputados.

Os deputados contrários ao requerimento queiram levantar-se.

(Pausa)

**Não há quórum para prosseguimento da Sessão.**

Nestas condições declaro, encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às 10h00 com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 251/2000 e 396/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 443/2001, 004 e 046/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106/99, 348, 554 e 569/2001.

Levanta-se a Sessão.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2002.

#### Falta de Transparência e a Criminalidade no Paraná

Olympio Barbanti Jr.

O crescimento acelerado da criminalidade no Paraná já é a principal preocupação da sociedade, conforme tem destacado a Gazeta do Povo. Apesar disso, o governo do Estado não deu até o momento resposta convincente ao problema. Na verdade, a postura política do Executivo paranaense apenas favorece o aumento da criminalidade.

É evidente que apenas a repressão, implementada pelas instituições tradicionais de combate ao crime - polícia, justiça, sistema carcerário -, tem sido ineficaz. A polícia carece de meios, de salários e de preparo. E ainda enfrenta corrupção interna. O sistema judiciário precisa ser reformado. O sistema carcerário não recupera detentos para que estes voltem à sociedade e possam ter uma vida digna.

Além da reforma destas instituições, é fundamental que se possa fazer um diagnóstico preciso do problema, pois prevenir é melhor do que remediar. Mas as estatísticas do crime no Paraná são muito deficientes. Falta também um serviço de inteligência que disponha de recursos tecnológicos adequados.

Além de informações precisas e tecnologia, o combate efetivo à criminalidade depende ainda de dois outros fatores-chave.

1. É preciso haver uma política de segurança pública. Isso significa que o tema deve estar integrado nos diversos setores e atividades do governo, incluindo de forma interdisciplinar as áreas de planejamento, finanças, desenvolvimento regional, educação, saúde, habitação, emprego, cultura, esporte e turismo, como também os programas sociais do governo;

2. é fundamental que esta política seja de fato pública. Ou seja, discutida com a sociedade que deve colaborar para sua própria segurança. Em todos os países do mundo onde houve uma redução sustentada da criminalidade, foi fundamental a formação de consenso público sobre prioridades de políticas e a colaboração da sociedade.

Este segundo fator é determinante, pois não há aparato policial capaz de vigiar cada rua 24 horas por dia. Mesmo com grandes investimentos em repressão, a criminalidade cresce onde a sociedade não está envolvida e permanece atônita à espera de que a polícia "resolva" o problema.

Nenhuma dessas necessidades está atendida no caso do Paraná. Mas a falta de transparência do poder público na condução de suas políticas é o elemento mais

perverso. Na Secretaria da Segurança Pública, por exemplo, informa-se que mesmo um professor da UFPR precisa da autorização de um assessor de imprensa para consultar estatísticas de criminalidade. Dados sobre crime ou sobre a quase totalidade das ações do poder público são informações públicas e devem estar à disposição do público.

Antes que se rotule a defesa da transparência como populismo ou petismo, é bom avisar: ela é recomendada pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas. Sem transparência, diz o Banco Mundial, não há um bom governo. Técnicos competentes não bastam. É preciso uma democracia transparente.

Sem transparência na gestão pública não se cria consenso em torno de prioridades políticas públicas e não há participação, envolvimento da sociedade. E, desta forma, apenas se favorece o aumento da criminalidade. As perspectivas para a sociedade paranaense não são nada alentadoras. Ou o governo estadual e muitas prefeituras do Paraná mudam sua postura política imediatamente, ou nossa sociedade será refém da criminalidade muito em breve.

\* Olympio Barbanti Jr., PH.D. em Políticas Sociais pela London School of Economics; é professor-visitante do Departamento de Economia da UFPR.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2002.

### **As Dez Pragas do Sistema Criminal Brasileiro**

René Ariel Dotti

Depois de ler na Gazeta de domingo os disparates de alguns pré-candidatos à Presidência da República, como a unificação dos comandos das polícias Civil e Militar e de sua transferência para o Poder Judiciário, chego à conclusão de que eles também sofrem - como todo o povo brasileiro - com a falta de Política Criminal e Penitenciária orientada com princípios, regras, possibilidades e limites.

O fenômeno é fruto da omissão e incompetência dos poderes públicos de todos os níveis. Nessa quadra da história da República, a segurança dos cidadãos (como princípio, direito, garantia e valor) vem sendo atacada por uma corrente de malefício que podem ser comparados à dez pragas do Egito, reveladas no Êxodo, o segundo Livro da Bíblia: *as águas tornaram-se sangue, as rãs, os piolhos, as moscas, a peste nos animais, as úlceras e os tumores nos homens e nos animais, o granizo, os gafanhotos, as trevas e a morte dos primogênitos*. O cotidiano dos cidadãos mostra os quadros da impotência e do medo causados pelos vícios e erronias do sistema criminal. Independentemente da ordem de apresentação, elas também assumem a conformação de calamidades bíblicas.

Aqui e ali existem determinadas afinidades que não podem ser ignoradas, como por exemplo as chacinas na periferia dos grandes centros urbanos (*as águas tornam-se em sangue*); o sentimento de insegurança (*as úlceras e os tumores nos homens e nos animais*); a corrupção funcional (*os gafanhotos*); as organizações criminosas (*as rãs que "subirão sobre ti e sobre o teu povo"*); a inflação legislativa (*as moscas* - "a terra foi corrompida desses enxames"); e a marginalização social (*as trevas*).

Existem graves e intoleráveis males na administração pública, nos meios de comunicação e em setores políticos e sociais que não podem ser desconhecidos ou sonegados ao debate atual. A segurança pública não deve continuar a ser essa Caixa de Pandora de onde, segundo a mitologia, saíram todos os males que inundaram a terra. Eles podem ser apontados: 1º) a carência de recursos humanos, materiais e tecnológicos das instâncias formais responsáveis pela prevenção e repressão da criminalidade; 2º) o salário de fome pago aos policiais de um modo geral; 3º) a falta (de sistemas integrados) de informação e inteligência; 4º) o confronto de atuações entre a Polícia Militar e a Polícia Civil; 5º) o discurso político do governo federal que, em lugar de racionalizar os problemas, provoca a inflação legislativa e abusa de recursos demagógicos e ineptos, como esse de transferir audiências de presos do fórum para o interior dos presídios; 6º) as distorções da investigação criminal que mantém o mumificado inquérito policial dos anos 40, de burocracia tentacular, fonte de corrupção e abusos; 7º) o desvirtuamento das delegacias de Polícia, esses depósitos infectos de presos culpados e inocentes, sucursais do inferno que procuram transformar o investigador em carcereiro; 8º) a massificação dos serviços forenses que permite ao juiz condenar, rotineiramente, seres humanos que desconhece e que cria barreiras de acesso ao Judiciário, frustrando a propaganda dos Juizados Especiais; 9º) a crise dos estabelecimentos penais, com suas rebeliões carcerárias que misturam presos menores e maiores, primários e reincidentes, perigosos ou não; 10º) a falta de integração entre os agentes do sistema, ou seja, policiais, promotores, juízes, defensores públicos e servidores penitenciários, os quais somente falam entre si através da frieza dos papéis.

Pelo andar da carruagem do governo federal as coisas tendem a piorar. Um exemplo disso foi a desastrosa inauguração dos Centros Integrados de Operações Policiais (Ciops) em Goiás (os telefones, emprestados, foram retirados após a cerimônia) quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, em momento de baixo astral e incontinência verbal, acusou advogados e juízes de usarem a lei para libertar bandidos.

\*René Ariel Dotti, advogado e professor universitário, foi secretário de Estado da Cultura do Paraná.  
Rene.Dotti@onda.com.br